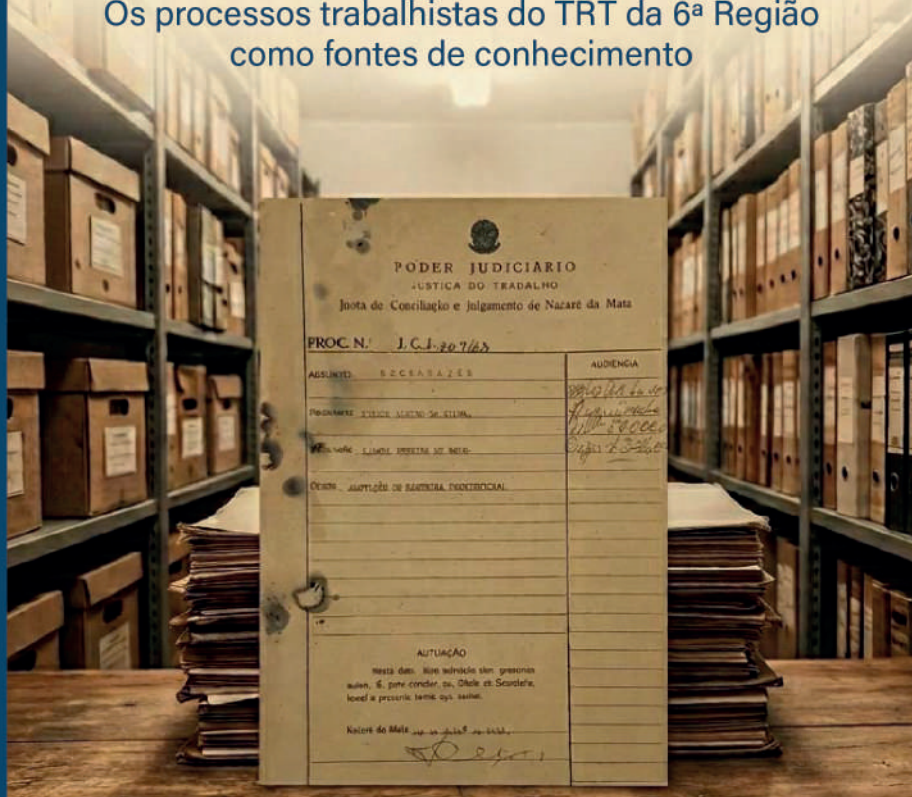




MUSEU E ARQUIVO
HISTÓRICO

PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO, PESQUISA E EDUCAÇÃO:

Os processos trabalhistas do TRT da 6ª Região
como fontes de conhecimento



FICHA TÉCNICA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Biênio: 2025-2027

Presidente

Desembargador Ruy Salathiel
de Albuquerque e Mello Ventura

Vice-Presidente

Desembargador Eduardo Pugliesi

Corregedor Geral

Desembargador Paulo Alcantara

Ouvidor

Desembargador
Valdir José Silva de Carvalho

COMITÊ DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Coordenador

Desembargador
Fábio André de Farias

Vice-Coordenador

Juiz do Trabalho Eduardo Henrique
Brennand Dornelas Câmara

Vice-Coordenadora (substituta):

Juíza do Trabalho Renata
Conceição Nóbrega Santos

Secretário:

Ricardo Hermes Linhares Rezende

Membros(as):

Sandra Glaucia Melo dos Santos
Sérgio Limeira da Silva
Marília Falcão Rodrigues
Elielson Freitas do Nascimento
Vitor Rodrigues Henriques da Costa

DIVISÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA

Chefe Divisão:

Ricardo Hermes
Linhares Rezende

Equipe técnica:

Sandra Glaucia Melo dos Santos
Irene Correa de Azevedo
Charlane Karla Monteiro Florêncio
Andaluza Magalhães Pereira de Lira
Sofia Ana Veloso de Azevedo
Jeane Maria Farias Leal

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenação

Maria Eduarda Vaz

Projeto Gráfico e Diagramação

Claudino Júnior



Recife, 2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO	05
Antônio Torres Montenegro	
INTRODUÇÃO	13
Eneida Melo Correia de Araujo	
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	17
Ricardo Hermes Linhares Rezende	
CATÁLOGO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	24
Ricardo Hermes Linhares Rezende	
DA PESQUISA À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	92
Ricardo Hermes Linhares Rezende	
PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS	101
Ricardo Hermes Linhares Rezende	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
Ricardo Hermes Linhares Rezende	
POSFÁCIO - UMA AVENTURA HISTÓRICA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DE UM TRIBUNAL	109
Fábio André de Farias	
ICONOGRAFIA	112

PREFÁCIO

Prof. Antônio Montenegro

O catálogo organizado pela Divisão de Gestão Documental e Memória do TRT 6ª Região apresenta os textos acadêmicos de professores e estudantes do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE a partir de pesquisas que privilegiaram os processos trabalhistas arquivados no Laboratório História e Memória UFPE/TRT6 (LAHM)¹. Muitos projetos em seus começos são incertos e inseguros. E assim foi com a história do que em anos recentes veio a ser nomeado de Laboratório História e Memória da UFPE /TRT 6ª Região (LAHM).

Nos idos de 2004 um grupo de professoras e professores da UFPE tomou conhecimento de um número aproximado de 16 mil processos trabalhistas do TRT que seriam descartados como papel velho. Essa era uma prática comum no Brasil, em que os tribunais afirmavam que tinham um custo muito alto para manter essa documentação “sem mais serventia” jurídica. Estabeleciam um plano gradativo de descarte, o que significava a destruição de uma memória de luta por direitos trabalhistas.

Essa prática, hoje revertida nacionalmente, sobretudo, a partir da criação do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho em 2011², foi palco de muitos embates. No livro Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão é possível conhecer as incertezas e as dificuldades que se colocavam para estabelecer uma política de preservação dos processos trabalhistas no âmbito nacional³. Neste livro escrito por magistrados, historiadores e agentes judi-

Ata da primeira audiência concedida pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Regional do Trabalho da Sexta Região aos srs. Presidentes dos Sindicatos dos Construtores do Recife e dos Operários em Construções Civis e Reses Anexas do Recife. -

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de 1941, no Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas Filho, Presidente do Conselho Regional, presentes além deste o sr. dr. Jarbas Peixoto, Procurador Regional da Justiça do Trabalho, ora em exercício nesta Região e em Fernando Rodolpho Paashans, Secretário do Conselho Regional, compareceram os srs. dr. João Pereira Borges, Presidente do Sindicato dos Construtores do Recife e Wenceslau Ferreira, Presidente do Sindicato dos Operários em Construções Civis e Reses Anexas do Recife, solicitantes que eram da audiência que lhes foi concedida e expuseram ao sr. Presidente os motivos que objetivaram a referida audiência e que foram em resumo os seguintes: - 1º) - em 24 de dezembro de 1938, foi pelos dois sindicatos aqui mencionados firmada uma convenção coletiva de trabalho, salários, férias etc; 2º) - homologada pelo sr. Ministro do Trabalho, a dita convenção tornou-se obrigatória para todos os empregadores e empregados dos municípios de Recife e Olinda, nos termos do art. 11 do Decreto 21.761, de 23 de agosto de 1932, sendo publicado o despacho ministerial no Diário Oficial de 18 do mesmo mês e ano; 3º) - estabelecia o art. 28 da mesma convenção que os construtores ficam obrigados a, semanal ou mensalmente, recolher à Caixa de Férias a importância correspondente a 5% do valor das folhas de pagamento, para custeio da concessão de férias a que seres fizessem jus; 4º) - as férias recebidas

ciários se encontram textos apresentados no I Encontro da Memória da Justiça do Trabalho do Brasil.

Organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e por seu Memorial em novembro de 2006, profissionais de diversas áreas analisaram e defenderam o valor dessa documentação ao dar a ler o Direito vivido, a Justiça em seu exercício como pilares indissociáveis da defesa da cidadania no Brasil.

Em Pernambuco, no final da gestão da desembargadora Josélia Moraes da Costa, como Presidente do TRT 6ª Região, foi inaugurado, em 15 de janeiro de 2009, o Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco. A desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, que sucedeu a Dra. Josélia, se tornará uma militante da preservação dos processos trabalhistas e irá convidar a historiadora e professora Dra. Marcília Gama da Silva para dirigir o Memorial do TRT6 recém-criado. Esta historiadora ocupará o cargo até se aposentar em 2020, quando foi substituída pelo também historiador Ricardo Rezende.

Atualmente, o desembargador Fábio Farias exerce com muito afinco a coordenação do Comitê de Documentação e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6).

¹ O Laboratório História e Memória da UFPE/TRT 6ª Região preserva aproximadamente 210 mil processos trabalhistas das Juntas de Conciliação de Pernambuco de Limoeiro, Nazaré da Mata, Paulista, Jaboatão, Cabo, Recife entre outras. São processos de 1943 a 1985. Aproximadamente 25 mil processos se encontram disponíveis para pesquisa online no site: lahm.ufpe.br.

² Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 11/2011.

³ Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão. Magda Barros Biavaschi, Anita Lubbe, Maria Guilhermina Miranda, Coordenadoras - São Paulo: LTr, 2007.

Vale destacar que, em 2012, o Memorial da Justiça do Trabalho em Pernambuco (TRT-6) recebeu o certificado da Unesco. Este certificado significava que o acervo “Processos Trabalhistas: Dissídios Coletivos e Individuais - 1941-1985” passava a compor o Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, tornando-se o primeiro tribunal trabalhista do país a receber esta certificação.

Ao pontuar as incertezas e as conquistas na caminhada no plano estadual e nacional no que tange a preservação de processos trabalhistas, resgatam-se alguns sinais de como foi construída uma política nacional de memória relacionada a esses tribunais.

Por outro lado, o valor e o significado dos processos trabalhistas para a historiografia de Pernambuco e do Brasil se colocam como possibilidade de ampliar a compreensão da contínua luta dos trabalhadores e trabalhadoras por direitos sociais e econômicos num passado recente. E é possível também encontrar nessa documentação rastros e sinais das relações sociais de exploração recriados de séculos passados.

1.1 Acolher os primeiros processos

Muitas mãos se uniram, em 2004, para acolher, numa sala do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE, aquele primeiro lote de processos trabalhistas salvo da destruição. A professora Socorro Ferraz, na época, diretora do CFCH, o Prof. Marc Hoffnagel⁴, a Profa. Christine Dabat⁵, a Profa. Socorro Abreu, o Prof. Carlos Miranda, todos do Departamento e da Pós-graduação em História, participaram da mobilização para a assinatura do acordo de Cooperação Técnica entre o TRT-6 e a UFPE de cessão de guarda de processos declarados findos.

⁴ O Professor Marc Jay Hoffnagel doutorou-se em História na Universidade de Indiana em 1975. Em seguida tornou-se Professor do Departamento e da Pós-graduação em História da UFPE até sua aposentadoria em 2013. Foi um dos professores que ajudou a criar a Pós-graduação em História na UFPE e na sua consolidação. Faleceu em setembro de 2020.

⁵ DABAT, Christine Rui. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho - incitação à pesquisa. Este importante artigo da historiadora Christine além de analisar com grande rigor a importância dos processos trabalhistas, apresenta um mapa das orientações que realizou de TCC's, Mestrado e Doutorado. E que estão também citados neste catálogo. Disponível: <https://books.scielo.org/id/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333-14.pdf>

Posteriormente, os colegas do Departamento de História me convidaram para ser responsável por aquele valioso acervo de 16 mil processos trabalhistas, que se encontrava sem nenhum tratamento arquivístico numa sala do 4º andar do CFCH.

Não recorro exatamente como tomei conhecimento de que a FACEPE lançara um Edital Multiusuários e que o acervo dos processos trabalhistas que o Departamento tinha sob sua guarda atendia ao que era exigido no referido Edital. Com a participação e o apoio de diversos professores e professoras do Departamento de História da UFPE e de Universidades de outros estados submetemos um projeto de preservação e gestão documental do acervo. Nesse ínterim, a UFPE já havia recebido do TRT-6 novos conjuntos de processos trabalhistas que totalizavam mais de 60 mil.

Grande foi a alegria de toda a equipe de professores e estudantes que concordaram em participar do primeiro projeto ao tomar conhecimento da sua aprovação. Os estudantes teriam bolsas para realizar estágios e aprender as técnicas de preservação, catalogação e digitalização dos processos. O projeto também previa bolsa para técnicos de nível sênior e, dessa forma, foi possível contar com a participação da Professora aposentada do Departamento de História, Vera Acioli, grande especialista

em paleografia, que naqueles primeiros momentos treinou a equipe de estudantes nas técnicas de preservação e arquivologia.

Ao longo de mais de duas décadas consegui, como coordenador do Arquivo, aprovar quatro projetos multiusuários na FACEPE, dois projetos no Edital Universal do CNPq e um projeto no NEAD⁶.

⁶ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Estes projetos previam bolsas para estudantes da graduação e da pós-graduação que, ao aprenderem as técnicas de preservação documental, também estudavam sobre a história das lutas por direitos trabalhistas no Brasil e em Pernambuco. Esse conhecimento documental - leitura e análise crítica das fontes documentais - habilitava bolsistas a escreverem seus TCC's, Dissertações e Teses com resultados muito positivos.

Os recursos dos projetos financiaram a aquisição de equipamentos para digitalização dos processos e a criação de um site que hoje possibilita a pesquisa on-line de mais de 25 mil processos trabalhistas. <https://lab.ufpe.br/lahm/>.



Pesquisador consultando processo histórico, Laboratório de História e Memória TRT-6/UFPE

1.2 A invenção das Oficinas de História e do LAHM

A experiência de pesquisa dos historiadores Pablo Porfírio e Márcio Vilela, no Arquivo, possibilitou que, ao se tornarem professores do Colégio de Aplicação da UFPE (CAP), transformassem o espaço do Arquivo em um campo de atividades didático-pedagógicas para estudantes. Dessa maneira, os/as estudantes puderam compreender, desde as séries finais do ensino fundamental e do Ensino Médio, a história das lutas por direitos trabalhistas no Brasil e em Pernambuco, lendo as histórias documentadas nos processos trabalhistas. Sem qualquer planejamento prévio, foi inaugurada uma nova prática acadêmica/educacional, extremamente significativa, a partir dos processos trabalhistas. Uma atividade de extensão que ampliava e potencializava a formação didático-pedagógica no estudo e na compreensão da história recente do Brasil.

Um edital da Pró-reitoria de Extensão da UFPE foi um verdadeiro convite para que formulássemos um projeto de estudo da história baseado nos processos trabalhistas, como vinha sendo realizado nas turmas do Colégio de Aplicação, com excelentes resultados pedagógicos. Porém, dessa vez, para as turmas das escolas públicas e particulares de Pernambuco.

E assim, tiveram início as Oficinas de História, ministradas por graduandos(as) bolsistas e voluntários do arquivo. Os(As) graduandos(as) visitavam as escolas e apresentavam a proposta das Oficinas, que muitas vezes era recebida com reservas. Afinal, era um projeto inicial sem registros anteriores que o certificassem.

Porém, gradualmente, os debates e o interesse dos(as) estudantes das escolas pelos temas abordados a partir da leitura de processos trabalhistas nas Oficinas foi se tornando conhecido no meio escolar. Hoje, mensalmente, são recebidos inúmeros pedidos para a realização de Oficinas em escolas do Recife e de municípios próximos.

Em face do exposto, compreende-se como registros documentais, produzidos na instância da Justiça do Trabalho, - petições, declarações, atestados médicos, depoimentos de testemunhas, algumas vezes fotografias, e as sentenças dos(as) juízes (as) - que materializam o processo legal das reivindicações por direitos trabalhistas, são capazes de propiciar constantes aprendizagens. Estas se dão no campo da preservação documental, na leitura e análise de registros documentais, na escrita historiográfica (TCC's, dissertações, teses, artigos e livros) e na formação docente, por meio Oficinas de História. Esse conjunto de procedimentos formativos, vivenciado por estudantes e docentes da UFPE e de outras instituições transformou o Arquivo num locus de várias experiências de aprendizagem. Estas potencializam deslocamentos na visão de sociedade e das suas distintas relações, de maneira a desenhar um fazer acadêmico solidário e coletivo, pautado na constante busca de cooperação mútua. Dessa maneira, foi decidido renomear o arquivo para Laboratório História e Memória da UFPE/ TRT-6 (LAHM), em que um fazer relacional, dialógico, em constante mutação, impregna todos os percursos das aprendizagens.

Ao afirmar que o LAHM traz as marcas do fazer acadêmico coletivo e solidário significa dizer, também, que não há funcionários contratados para atender aos pesquisadores(as) e as demais demandas da rotina de um Laboratório. Destaque-se, ainda, que os(as) professores(as) comprometidos com orientações, seminários, oficinas não têm nenhuma redução de carga horária ou qualquer outro benefício, afora o compromisso de participar de um ambiente em movimento que exige um aprender permanente.

Por outro lado, deve-se registrar que os(as) graduandos(as), mestrandos(as) e doutorandos(as) que se comprometem de maneira voluntária com o LAHM cumprem horários e assumem responsabilidades de orientação dos jovens ingressantes nas práticas de preservação documental, leitura da bibliografia relacionada à história dos direitos trabalhistas, bem como, das Oficinas de História. Sobretudo, discentes que se tornaram bolsistas da FACEPE, do CNPq e que, pelo conhecimento e

experiências acumuladas de anos no LAHM, naturalmente, passaram a ter uma função de liderança na formação dos novos estudantes voluntários e bolsistas, em que destaco as hoje Professoras Doutoradas Joana Lucena e a Professora Dra. Karlene Sayanne. Atualmente o LAHM conta com o valioso trabalho da doutoranda Patrícia Moraes.



Oficina de Conservação Preventiva de Documentos, Memorial do TRT-6

Para concluir, vale assinalar que temos procurado construir e desenvolver nessas mais de duas décadas de convívio acadêmico no LAHM, práticas e princípios de solidariedade e colaboração que nutrem as nossas vidas para além das fronteiras do campus da UFPE - Recife. Um operar coletivo, do permanente e valioso trabalho dos docentes e discentes que têm nessa documentação uma base central para as orientações, os artigos e os livros publicados. Nesse sentido, destaco as Professoras Christine Dabat, Socorro Abreu e Regina Guimarães bem como a geração mais jovem que foi formada participando da institucionalização do LAHM: os historiadores Pablo Porfírio, Márcio Vilela, José Marcelo Marques. Todos unidos por princípios que fortalecem a democracia e a justiça social.

Professor Titular Dr. Antonio Torres Montenegro.

- Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPE
- Coordenador do LAHM
- Pesquisador do CNPq

- 2 -

INTRODUÇÃO

Desa. Eneida Melo

A partir do momento histórico em que os indivíduos são reputados como o centro da normatividade do Estado democrático de direito, aflora a premência em se efetivarem, entre outros direitos, os alusivos à cidadania e à memória, compreendidos como essenciais à consagração da dignidade humana.

Na atualidade, deve-se refletir e compartilhar o conhecimento e o reconhecimento do direito de cidadania, que implica no direito de cada indivíduo conservar a sua identidade e de manter inviolável a memória histórica, social, política e cultural do país. Em suma: aqui se cogita de lembrar, relembrar e não esquecer.

No plano histórico, se presta homenagem aos que, em determinado período da civilização, sentiram a necessidade de conferir forma física às suas lembranças e experiências passadas, aos fatos que eram contados e cultuados em festas, reuniões e que vieram a ser expressos através de uma forma. Esta configuração física contém um rico manancial de documentos que traduz a luta, as perdas e as vitórias, a vida, enfim, dos povos ao longo dos tempos. Demarca-se, portanto, o percurso da cidadania e da memória.

Neste sentido, merece destaque a atuação do Poder Judiciário. Há de se prestar um tributo à magistratura quando exerce sua jurisdição. Nos processos analisados e decididos pelos magistrados e pelas magistradas são declarados direitos que asseguram valores indispensáveis à vida, à paz e à integridade dos indivíduos que buscam a resolução judicial de seus conflitos.

Trata-se de um compromisso jurídico-político constitucional que a magistratura trabalhista assumiu, ao longo de sua existência, no sentido de colaborar na efetivação dos valores sociais do trabalho, da cidadania, da ética, da justiça e, igualmente, da memória.

Em especial, o Poder Judiciário Trabalhista, diuturnamente, presta jurisdição a um contingente de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Atende uma demanda judicial significativa, com a possibilidade de mediação social. Em suma, a magistratura trabalhista aplica o direito ao caso concreto, colabora na formulação de vários direitos. Cria, atualiza e renova convicções jurídicas, sociais e humanitárias e elabora uma jurisprudência consentânea com a realidade social.

A magistratura especializada, ao conhecer e julgar as causas trabalhistas, ou, ainda, ao celebrar a conciliação, permite o registro da história das relações de trabalho, dos conflitos individuais e coletivos que se acham narrados nos processos. Tais processos integram o acervo documental permanentemente velado, guardado e consultado nos centros de memória, nos segmentos de documentação, nos memoriais e museus do Judiciário Trabalhista.

Por sua vez, na Academia, os estudiosos e as estudiosas de História elaboram trabalhos científicos frutos dos processos judiciais trabalhistas que são reveladores de humanização, respeito à dignidade humana com inquestionável ampliação dos espaços de liberdade e de solidariedade. Eles e elas extraem dos processos judiciais elementos de sensibilidade e racionalidade que se completam e têm tornado viável um projeto na sociedade brasileira cujo pressuposto é a unidade entre a cidadania, a memória e a democracia.

Essa pesquisa científica sobre os processos judiciais no campo da ciência da História desdobra-se em novas fontes de conhecimento, abre espaços para que diversas formas de integração, fruto da dinâmica social, viabilizem a participação do cidadão e da cidadã na busca de resposta ao seu passado, bem como ao de sua comunidade. É um trabalho cotidiano, árduo e que envolve avanços e recuos a serem enfrentados.

Os textos científicos dos historiadores e das historiadoras são fontes valiosas que mostram a missão institucional do Judiciário Trabalhista ao descreverem as relações de produção, conflitos individuais e coleti-

vos, bem como a natureza da legislação e da jurisprudência de diversas épocas que foram aplicadas pelos juízes.

Desta forma, pode-se afirmar que para conhecer e divulgar os rumos da história dos direitos sociais, do direito do trabalho e da própria Justiça do Trabalho, tem sido fundamental a conservação dos documentos que descrevem os fatos que envolvem os momentos vividos pelas instituições e pelas pessoas.

Os documentos que compõem o acervo do Poder Judiciário Trabalhista têm imensurável importância, e correspondem a um tesouro. É um repositório de informações e notícias valiosas, uma coletânea de riquezas de diversificadas expressões físicas e emocionais. Um conjunto de processos ricos em notícias e fatos que transcorreram ao longo da história e que apontam para os dilemas entre os sujeitos e instituições na busca seus direitos sociais.

O manancial de elementos históricos que integra o acervo documental da Justiça do Trabalho também narra que a magistratura trabalhista, no decorrer dos anos, assumiu o compromisso jurídico-político constitucional de assegurar os valores sociais do trabalho, da cidadania, da ética e da justiça.

Esses documentos, como mais uma vertente do conhecimento, permitem acompanhar a atuação de juízes e juízas, advogados e advogadas, procuradores e procuradoras, servidores e servidoras, sindicatos, e demais indivíduos envolvidos no processo, na tentativa de solucionarem os litígios travados no mundo dos fatos. Eles desvendam as ansiedades, preocupações, confianças, crenças e descrenças dos cidadãos e das cidadãs.

Ademais, o acervo documental se mostra aberto, capaz de receber os diversos significados que os múltiplos ramos da ciência pretendam atribuir. Ele possibilita que se realize a pesquisa histórica, a qual não prescinde da continuidade temporal dos documentos, das séries completas para a elaboração de uma tese, e permite a manutenção da memória dos indivíduos e das sociedades.

PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ricardo Rezende

Para conhecer e divulgar os rumos da sociedade tem sido fundamental a conservação dos documentos que descrevem os fatos que envolvem os momentos vividos pelas instituições e pelas pessoas. É desse espírito de continuidade ética e histórica que se animam os que fazem dos acervos documentais a razão da narrativa histórica, pois sem tal continuidade não se pode falar em pesquisa.

Sem memória perde-se no tempo, o registro da trajetória de lutas e conquistas dos povos no sentido de alcançar a liberdade, a igualdade, o respeito, a dignidade, a solidariedade. Sem memória impede-se o indivíduo de conhecer suas origens, o que fragiliza a cidadania. Sem memória, não seria possível definir o momento de criação e transformação ao longo de décadas das instituições e dos itinerários da democracia no Brasil.

Os magistrados e as magistradas, ao lado dos historiadores e das historiadoras podem desenvolver expressivo protagonismo na efetividade da cidadania e da memória, nestes tempos de novos caminhos, de novos sonhos e de novas expectativas para a sociedade.

Essa intervenção na sociedade é enriquecida, na medida em que os processos e as obras científicas que deles brotam fortalecem o sentimento do direito de lembrar, de não esquecer, de construir uma história.



Sala de Audiência, Antiga Junta de Conciliação e Julgamento do Recife

A documentação produzida pela Justiça do Trabalho da 6ª Região constitui um testemunho singular das transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo do século XX e das primeiras décadas do século XXI. Resultantes da atividade jurisdicional, os processos trabalhistas registram conflitos, reivindicações, acordos, formas de organização coletiva e experiências de homens e mulheres que buscaram na Justiça a garantia de seus direitos. Mais do que instrumentos processuais, esses conjuntos documentais preservam fragmentos da história social brasileira e permitem compreender aspectos fundamentais da formação econômica, política e cultural de Pernambuco e do Nordeste.

O reconhecimento desse valor histórico orienta as ações desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região voltadas à preservação de seu patrimônio arquivístico. Nas últimas décadas, iniciativas de organização, conservação e ampliação do acesso aos documentos permanentes permitiram transformar um acervo originalmente constituído para fins administrativos e judiciais em uma importante fonte para a produção do conhecimento.

Nesse percurso, a parceria estabelecida entre o TRT-6 e a Universidade Federal de Pernambuco ocupa lugar de destaque. A criação do Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE possibilitou a aproximação entre arquivo e universidade, favorecendo o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas baseadas na documentação custodiada pelo Tribunal. A partir dessa cooperação, os processos trabalhistas passaram a ser mobilizados por estudantes e pesquisadores interessados em compreender diferentes dimensões da história do trabalho, das relações sociais e das experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras.

Esta publicação nasce do desejo de registrar e divulgar os resultados desse encontro entre patrimônio documental e investigação acadêmica. Ao reunir teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros e outras ações que foram desenvolvidas a partir do acervo histórico do TRT-6, o catálogo busca evidenciar a relevância científica desses conjuntos documentais e ampliar sua visibilidade.

Com o objetivo de apresentar as múltiplas formas pelas quais o patrimônio arquivístico do TRT-6 tem contribuído para a produção e difusão do conhecimento, esta obra está organizada em três eixos complementares. O primeiro reúne as teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, que utilizaram os processos judiciais trabalhistas sob custódia do Laboratório como fontes primárias de pesquisa. Em seguida, são apresentados os desdobramentos dessa produção acadêmica em outros formatos de divulgação científica, incluindo livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos especializados e trabalhos apresentados em congressos, seminários e encontros acadêmicos. Por fim, a publicação destaca iniciativas voltadas à educação patrimonial e à difusão do conhecimento histórico, por meio da realização de oficinas pedagógicas destinadas a estudantes do ensino fundamental e médio, demonstrando como os documentos preservados pela Justiça do Trabalho podem ser apropriados em diferentes contextos educativos e contribuir para aproximar a sociedade de sua própria história.

Mais do que apresentar uma relação de trabalhos produzidos ou seu uso como ferramentas pedagógicas, este livro procura demonstrar como a preservação de arquivos públicos pode gerar novos conhecimentos, estimular práticas educativas e enriquecer o diálogo entre instituições de memória, universidades e sociedade. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que reafirma o compromisso do TRT-6 com a difusão de seu patrimônio arquivístico e com a valorização da memória do trabalho como dimensão essencial da cidadania e da democracia.

Parte-se aqui do entendimento de que preservar envolve, necessariamente, tornar acessível, interpretar e compartilhar. Ao divulgar as pesquisas e atividades que mobilizaram essas fontes, contribui-se para que esses documentos sejam reconhecidos como bens culturais, suportes de memória e instrumentos fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais do passado e do presente.

3.1 A construção de um campo de pesquisa a partir dos arquivos da Justiça do Trabalho

Os documentos judiciais produzidos pela Justiça do Trabalho em Pernambuco registram um vasto repositório de experiências sociais. Neles se encontram vestígios de disputas, contratos, adoecimentos, demissões, greves, acordos e resistências que atravessaram o cotidiano de trabalhadores urbanos e rurais. Trata-se de um conjunto documental capaz de iluminar dimensões do mundo do trabalho que raramente aparecem nos registros administrativos convencionais.

No início dos anos 2000, o TRT da 6ª Região deu início a um processo estruturado de organização e tratamento técnico de seu acervo histórico. A criação do Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE institucionalizou a cooperação com a Universidade Federal de Pernambuco, promovendo uma agenda permanente de preservação, pesquisa e difusão científica dos processos provenientes das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento.

A partir dessa articulação, os documentos judiciais integraram projetos acadêmicos de forma contínua. Pesquisas de graduação e pós-graduação passaram a utilizá-los como base empírica para análises sobre relações produtivas, cultura política, experiências de trabalho, formas de exploração, dinâmicas sindicais, repressão, gênero, saúde e direitos sociais.

Além disso, a atividade de oficinas de história com o uso de documentos trabalhistas possibilitou a resignificação do acervo como uma potencial ferramenta pedagógica em sala de aula.

Os resultados desse processo são expressivos. No decorrer de mais de duas décadas, o acervo disponibilizado pelo Laboratório subsidiou dezenas de pesquisas acadêmicas e iniciativas pedagógicas, afirmando-se como uma relevante infraestrutura de produção e circulação do conhecimento. Nesse contexto, os processos judiciais trabalhistas deixaram de ser percebidos apenas como registros da atividade jurisdicional para assumirem novas funções sociais, convertendo-se em fontes históricas, objetos de investigação científica e instrumentos de educação patrimonial. Tal dinâmica contribuiu para consolidar o patrimônio documental do TRT da 6ª Região como referência para a pesquisa histórica e para a difusão da memória do trabalho. Este livro nasce da necessidade de tornar visível esse percurso.



Oficina de Conservação Preventiva de Documentos, Memorial do TRT-6

3.2 Os documentos processuais como fontes históricas: arquivos, memória e saber

Os processos trabalhistas são elaborados para atender a finalidades imediatas da atividade jurisdicional: formalizar demandas, registrar litígios, produzir provas e fundamentar decisões. Contudo, quando conservados e integrados a sistemas de acesso e pesquisa, passam a oferecer possibilidades analíticas que ultrapassam largamente sua função original.

Cada um deles reúne uma multiplicidade de indícios: depoimentos, contratos, prontuários, laudos, correspondências, fotografias, recibos e decisões. Esse conjunto heterogêneo registra práticas produtivas, relações de poder, condições de vida, formas de adoecimento, experiências de gênero, estratégias de resistência e modos de atuação institucional. Trata-se de documentação que permite observar o mundo do trabalho a partir das experiências concretas daqueles que recorreram à Justiça.



Oficina de Conservação Preventiva de Documentos, Memorial do TRT-6

Arquivos judiciais, nesse sentido, não são apenas espaços de custódia, mas instâncias de construção de memória social. Por meio deles, torna-se possível acompanhar transformações nas relações laborais, nos dispositivos legais, nas formas de reivindicação e, em última instância, na própria configuração do Estado. Cada processo articula trajetórias individuais a estruturas sociais mais amplas, permitindo leituras que conectam biografias, economia, política e cultura.

Do ponto de vista historiográfico, esses conjuntos documentais oferecem potencial singular. Sustentam tanto análises seriadas, capazes de revelar padrões, recorrências e tendências, quanto estudos qualitativos, nos quais casos específicos são explorados como microcosmos sociais. Essa dupla possibilidade metodológica permite articular escalas distintas e aproximar dimensões estruturais de experiências vividas.

Além disso, a documentação judicial favorece abordagens interdisciplinares, situando-se no cruzamento entre História, Arquivologia, Sociologia, Direito, Antropologia e Ciência da Informação. Sua riqueza decorre precisamente do fato de ser produzida na interseção entre sujeitos, instituições, normas e contextos históricos.

Por isso, os processos trabalhistas devem ser compreendidos como núcleos documentais centrais para o estudo do trabalho, e não como fontes acessórias.

A ativação desse potencial depende diretamente das políticas de organização e acesso. Arquivos são construções sociais: os modos de classificação, descrição e disponibilização moldam os usos possíveis e influenciam os próprios horizontes da pesquisa. Investir em gestão arquivística significa, assim, criar condições materiais e simbólicas para que esses conjuntos sejam apropriados como patrimônio cultural.

É nesse quadro em que se situa o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cuja atuação evidencia um movimento de implementação da política de gestão e preservação documental. Ao estruturar diretrizes voltadas ao tratamento técnico, à organização arquivística e à ampliação do acesso público, possibilita-se que milhares de processos judiciais sejam integrados a iniciativas científicas, educativas e culturais.

Passam por um processo de ressignificação: deixam de ser apenas vestígios de litígios e tornam-se suportes de memória, instrumentos de análise histórica e bens culturais. Preservá-los é, portanto, manter abertas possibilidades de leitura do passado e reconhecer o valor social das experiências de trabalhadores e trabalhadoras inscritas nesses documentos.

3.3 Panorama das pesquisas: o acervo do TRT-6 na produção acadêmica na UFPE

O levantamento realizado no Repositório Institucional da UFPE identificou 48 produções acadêmicas que recorreram aos registros trabalhistas, sendo 13 teses de doutorado, 23 dissertações de mestrado e 12 trabalhos de conclusão de curso, defendidos entre 2003 e 2024. Esses números indicam a consolidação do acervo como base permanente de investigação.

As primeiras teses, defendidas em 2003, inauguraram o uso sistemático da documentação judicial como fonte histórica. A partir da década seguinte, observa-se expansão consistente das dissertações, seguida,

mais recentemente, pelo crescimento das pesquisas em nível de doutorado, sinalizando o amadurecimento do campo e a formação de linhas continuadas de investigação.

No plano temático, destacam-se estudos voltados ao trabalho rural e à agroindústria canavieira, evidenciando o peso histórico do complexo açucareiro na região. Esses trabalhos analisam condições laborais, relações de poder, práticas de violência e estratégias de resistência, bem como a questão da judicialização dos conflitos no campo.

Outro conjunto expressivo dedica-se ao trabalho urbano e industrial, abordando fábricas, vilas operárias, construção civil e categorias organizadas. Nesses estudos, os autos permitem reconstruir o cotidiano fabril, os embates entre capital e trabalho e os modos de acionamento da Justiça.

Há ainda pesquisas centradas na atuação da Justiça do Trabalho e dos sindicatos, examinando os documentos como arenas institucionais nas quais se articulam legislação, práticas jurídicas e experiências sociais. Outros trabalhos exploram contextos de repressão, violência e ditadura, utilizando o acervo como via de acesso ao funcionamento do aparato jurídico-policial.

Por fim, ganham relevo investigações que incorporam recortes de gênero, corpo e saúde, analisando experiências femininas, adoecimentos, acidentes e dimensões subjetivas do trabalho. Essas abordagens ampliam o repertório interpretativo e revelam a versatilidade analítica dessas fontes.

Do ponto de vista metodológico, observa-se diversidade: análises seriadas, estudos de caso e estratégias combinadas. Essa pluralidade confirma o caráter polissêmico do conjunto documental e sua aptidão para sustentar investigações em múltiplas escalas.

CATÁLOGO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Ricardo Rezende

O conjunto de trabalhos apresentado a seguir materializa a articulação entre Justiça do Trabalho, universidade e políticas de memória. Ele expressa, de forma concreta, como a organização dos arquivos judiciais se converte em investimento direto na produção do conhecimento e na valorização da história social do trabalho.

O catálogo reúne teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso elaborados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da UFPE, baseados em processos trabalhistas preservados no Laboratório História e Memória TRT6/UFPE. A disposição sequencial das obras — doutorado, mestrado e graduação — permite visualizar diferentes níveis de aprofundamento e consolidação das pesquisas.

Cada produção é apresentada de forma padronizada, com informações sobre título, autoria, palavras-chave, data de produção, resumo e endereço eletrônico para acesso integral. Essa estrutura visa facilitar a consulta e amplificar a circulação dos conhecimentos produzidos a partir do patrimônio arquivístico do TRT-6.

4.1 Teses de doutorado

Título: Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais

Autor(a): Paulette Yves Rufino Dabat, Christine

Palavras-chave: Pernambuco; Trabalhadores rurais; Engenho.

Data do documento: 2003

Resumo: Após a escravidão, a mão-de-obra rural empregada nos canaviais de Pernambuco foi maciçamente submetida ao estatuto de morador de engenho. O período da morada foi consolidado, como elemento da memória coletiva da região, por grandes obras literárias que lhe deram um verniz de benevolência patronal. Diversas interpretações historiográficas, particularmente marxistas, atribuíram ao conceito de morada um papel comprobatório na explicação da história do Brasil segundo o evolucionismo cultural. Propõe-se aqui confrontar essas versões do passado recente da região com as lembranças dos próprios moradores de engenho, expondo sua experiência e opinião a respeito.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7297>

Título: Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições - Pernambuco -1962-1987

Autor(a): do Socorro de Abreu e Lima, Maria

Palavras-chave: Movimentos políticos; Questão agrária; Ligas camponesas.

Data do documento: 2003

Resumo: Esta tese procurou analisar a trajetória do sindicalismo rural em Pernambuco, do início dos anos 60, quando ele se estrutura, até 1987, marco no processo de democratização vivido no país, no Estado e na Federação dos Trabalhadores Rurais. Ao fazê-la, levou-se em consideração não apenas a organização e lutas desenvolvidas pelos trabalhadores no movimento sindical, mas a influência das diversas forças políticas que aí atuavam, suas contribuições e contradições.

Procurou-se, então, verificar os diferentes projetos que se colocavam para os trabalhadores rurais. A partir de 1964, a ação política das esquerdas torna-se cada vez mais difícil. A pesquisa feita buscou, então, localizar a presença dos diferentes partidos clandestinos no campo, suas propostas, influências e dificuldades. O projeto inicial, de cunho conservador, adotado pela Federação, foi abandonado, e, embora tenha mantido um posicionamento extremamente cuidadoso no que diz respeito à manutenção do seu núcleo dirigente e à implementação gradativa de novas diretrizes, a FETAPE foi assumindo uma postura progressista, mais ampla e aberta à participação de forças de esquerda em sua direção. Registrou-se, ainda, a participação de mulheres nos sindicatos rurais, fato pouco comum no início do período, mas que veio num crescendo, a partir dos anos 80, com vistas a detectar as causas, o significado e os desafios enfrentados nesse processo.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7366>

Título: O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)

Autor(a): SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros

Palavras-chave: Ditadura Militar; Acidentes de Trabalho; Prevenção de Acidentes de Trabalho; Reabilitação Profissional.

Data do documento: 2016

Resumo: Esta tese busca analisar como a questão da sinistralidade laboral é fundamental para a compreensão da história dos trabalhadores, especialmente durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), por ser reveladora do caráter de classe de seus subsequentes governos, após a deflagração de um golpe articulado pelos setores mais conservadores da sociedade, em oposição à crescente mobilização política das classes trabalhadoras e populares, e avanço das esquerdas. A coalizão empresarial-militar no poder, em busca da



Recorte jornal, Diário de Pernambuco, 1963



Mobilização trabalhadores rurais, 1963, PE

concretização do ideal de “desenvolvimento com segurança”, criou mecanismos que intensificaram o processo de exploração do trabalhador e aceleraram a acumulação e concentração de capital, dando origem ao “milagre econômico brasileiro”. No entanto, como resultado da busca pelo desenvolvimento a qualquer custo, o Brasil foi considerado o “campeão mundial” de acidentes de trabalho, de acordo com a OIT, durante os anos do chamado “milagre econômico”. De modo análogo, as respostas dadas pelos governos militares frente à questão dos sinistros – as políticas de prevenção de acidentes e a assistência aos acidentados, a exemplo da reabilitação profissional – também reforçam o aspecto classista do regime. Como será analisado, durante a ditadura militar, o prevencionismo estava voltado prioritariamente para o trabalhador que, ao fim e ao cabo, era considerado ao mesmo tempo vítima e causador dos acidentes. Portanto, era preciso valorizar o trabalhador brasileiro, mas, sobretudo, reformá-lo, ensinando-o a prevenir os acidentes. Por fim, esta tese busca examinar o programa de Reabilitação Profissional, voltado prioritariamente para os segurados da Previdência Social em benefício, acidentados, e incapacitados para o trabalho. Como será discutido, este programa funcionou como um instrumento político de controle e amortecimento das tensões entre capital e trabalho, ao assumir a responsabilidade de recuperar a força de trabalho incapacitada pelo capital, através do aproveitamento de sua capacidade de trabalho residual, com vistas a retorná-la ao mercado. Nesse sentido, foram analisados os prontuários do Centro de Reabilitação Profissional de João Pessoa (CRP-JP), objetivando detalhar as etapas e funcionamento da reabilitação, e dar voz aos trabalhadores dilapidados pelo processo produtivo e em processo de reconstrução de seus corpos, objetivando a sua reciclagem para o capital. Palavras-chave: Ditadura Militar. Acidentes de Trabalho. Prevenção de Acidentes de Trabalho. Reabilitação Profissional de João Pessoa (CRP-JP), objetivando detalhar as etapas e funcionamento da reabilitação, e dar voz aos trabalhadores dilapidados pelo processo produtivo e em processo de reconstrução de seus corpos, objetivando a sua reciclagem para o capital.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673>

Título: Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)

Autor(a): FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques

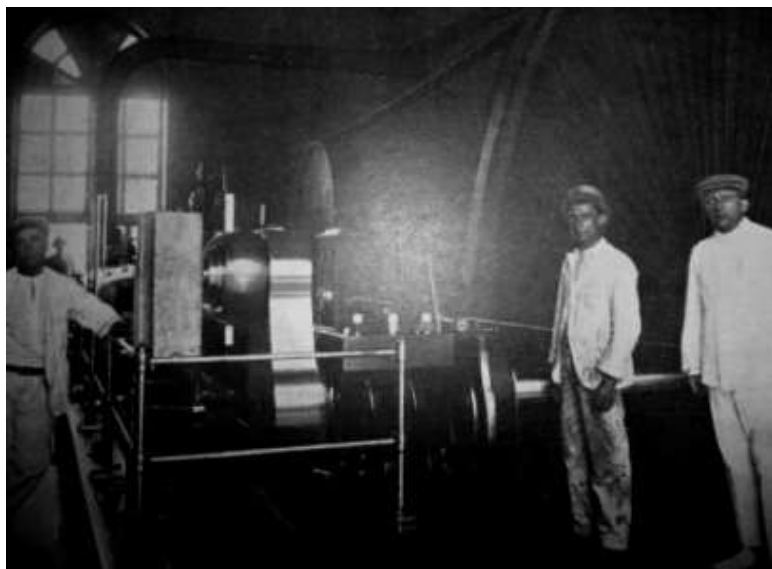
Palavras-chave: História; Geografia; Plantations; Cana-de-açúcar; Pernambuco; Séc. XX; Espaço e tempo.

Data do documento: 2016

Resumo: O objetivo central dessa tese é defender que para compreender a plantation açucareira no Nordeste do Brasil em sua totalidade é necessário ir além de sua dimensão puramente física e institucional. Para tanto, um dos principais argumentos é de que a plantation não pode ser definida senão em relação a seu modo de existir; aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação as suas formas e funções. Em termos mais objetivos e específicos, este estudo defende que a plantation constituía um complexo espaço de liberdade contingente, onde o secular domínio territorial dos engenhos arquitetou uma sociedade violenta e desigual. Que violência, exploração ilegal do trabalho, fome e miséria eram todos traços permanentes de sua feição isso não é mais novidade. O propósito aqui, no entanto, é mostrar como essas características não apenas se relacionavam no espaço, mas dele eram parte integrante. Baseado numa análise que cruza elementos cartográficos com fontes coletadas em diversos arquivos [Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT); Delegacia Regional do Trabalho (DRT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAP-PE); Hospital Barão de Lucena (HBL); Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM); Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)]; Arquivo Histórico do Exército (AHEx); Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)], e considerando as interações entre história e geografia, este estudo argumenta que na arquitetura espacial da plantation tempo e espaço interagiam num só sistema de relações que constituía o próprio movimento de sua história.



Fábrica Fernão Velho, 1920, AL



Fábrica Fernão Velho, 1920, AL

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17280>

Título: Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)

Autor(a): TAVARES, Marcelo Góes

Palavras-chave: História; Indústria têxtil- Brasil; Indústria têxtil- História - Maceió (AL); Trabalhadores têxteis; Memória; Política; Trabalho; Violência.

Data do documento: 2016

Resumo: Esta tese se propõe a narrar experiências e histórias do trabalho urbano, tomando como cenário a indústria têxtil e as vilas operárias na cidade de Maceió, estado de Alagoas/Brasil, no recorte temporal de 1943 a 1961, permitindo a transpor esta temporalidade para outros tempos e espaços. Nessa cidade existiram três fábricas com vilas operárias cujas sociabilidades lembradas e esquecidas expressam múltiplos aspectos da cultura operária brasileira no passado e, ao mesmo tempo, resguarda suas singularidades históricas em Alagoas. Entre essas fábricas, narra-se como objeto central nessa tese, a experiência do trabalho e da política de operários da Fábrica Carmen no bairro de Fernão Velho. Esta surgiu no século XIX como Companhia União Mercantil e, a partir de 1943, passou a pertencer ao Grupo Othon Bezerra de Melo, que detinha outros territórios fabris nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nas décadas de 1940 e 1950, a Fábrica Carmen e sua vila operária concentravam um dos maiores contingentes de operários em Alagoas, os quais reproduziam e atualizavam o trabalho fabril. Desse período, evidencia-se e analisa-se as múltiplas práticas culturais e cotidianas, entre as quais, formas de constituição de território fabril e gestão disciplinar do trabalho, táticas de resistência operária, e tensões políticas em torno da

construção da cidadania. Nestas, a repressão, a violência, litígios judiciais, paralisação, greves e (re)apropriações de benefícios ofertados pela fábrica também se constituíram como práticas recorrentes no cotidiano das lutas sociais em Alagoas e no Brasil. Fernão Velho, que outrora foi um complexo e privado território fabril, é hoje um território de memórias de operários oriundos dos tempos de intensa produção, exploração, sobrevivência e resistência. Entre múltiplas memórias, utiliza-se relatos registrados por meio da metodologia da história oral, entrecruzando-as com outras memórias que também constituíram elementos de análise nessa tese, entre as quais: fotografias, atas de sindicato, jornais, processos trabalhistas, entre outras. Todas constituem fontes que possibilitam recuperar histórias do cotidiano, do território fabril, do poder, da política, das lutas por direitos e cidadania, da repressão e resistência, da violência, de processos de construção de pertencimentos a categorias sociais e constituição de sujeitos como operários. Possibilitam tecer tramas por entre experiências e memórias do labor fabril no ramo têxtil, assim como dimensões múltiplas da história do trabalho, da cidade, da cultura e ações políticas que configuram a condição humana no passado e no presente.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342>

Título: “Operários! Uni vos!” : experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)

Autor(a): VALE, Eltern Campina

Palavras-chave: Paraíba História; Indústria têxtil - Rio Tinto (PB); Trabalhadores têxteis - Rio Tinto (PB); Companhia de Tecidos Paulista; Justiça do trabalho; Partido Comunista.

Data do documento: 2018

Resumo: Esta tese de doutoramento estuda o processo de formação da classe operária na Fábrica de Tecidos Rio Tinto, na Paraíba, entre 1924 a 1945. Pertencente ao patrimônio indústria têxtil da família Lundgren, esta tecelagem era filial da Companhia de Tecidos Paulista, sua matriz em Pernambuco. Construída entre 1917 e 1924, a cidade-fábrica logo se constituiu enquanto espaço de forte atuação operária, nas suas diversas categorias. A partir do início dos anos 1930, em específico, incrementado na organização do Sindicato Têxtil, em 1932, os trabalhadores logo se organizaram na luta contra o patrão, na luta por direitos. No contexto dos primeiros Decretos Trabalhistas do Governo Getúlio Vargas até a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, o movimento operário confrontou a direção da tecelagem para o seu cumprimento. Portanto, fazer cumprir os decretos e requerer melhores condições de vida e trabalho (em especial, numa fábrica com considerado número de acidentes), estava na agenda de luta dos trabalhadores, importante para o processo de consciência de classe. A atuação do Partido Comunista, com a criação da “Célula Rio Tinto” em fins de 1932, inseriu o movimento operário da cidade-fábrica, nos planos de ação dos comunistas do eixo Pernambuco-Paraíba. Assim, a criação e publicação de jornais por operários de Rio Tinto, bem como a circulação de outras folhas similares, estavam inserido enquanto instrumento classista reivindicatório, no contraponto a imprensa oficial. A conjuntura final, entre 1937 a 1945, encontra uma classe operária com identidades e interesses em comum, na luta contra o patrão. Neste período, seus laços de solidariedade são fortalecidos, busca-se a justiça no requerimento de direitos e com a recriação do Sindicato Têxtil em 1943, a disputa pelo seu controle é vista. Soma-se a este contexto, o tensionamento das relações entre operários brasileiros e técnicos alemães ao fim da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a partir de amplo material documental, reescrevemos e retiramos do silenciamento as experiências destes trabalhadores e trabalhadoras da cidade fábrica Rio Tinto.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34613>

Título: Fábrica Willys Overland em Jaboatão - PE : discursos, embates e cotidiano fabril (1966-1973)

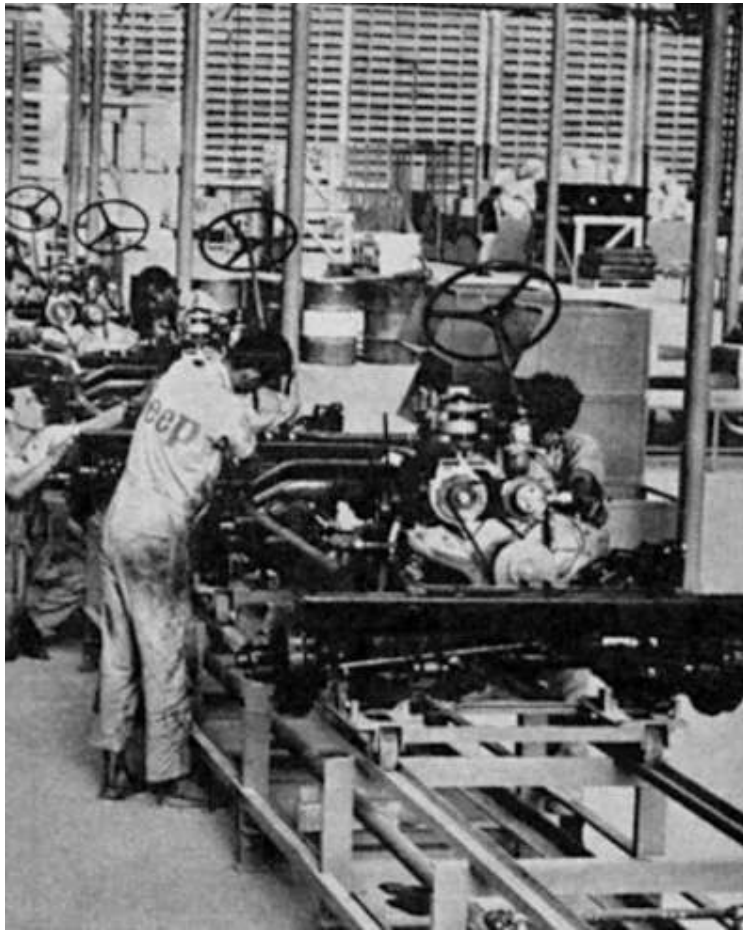
Autor(a): ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira

Palavras-chave: Pernambuco - História; Willys-Overland Company (1908-1975); Ditadura militar; Operários; Justiça do trabalho.

Data do documento: 2020

Resumo: Esta tese de doutorado estuda a fábrica de automóveis Willys Overland do Brasil construída no município de Jaboatão- Pernambuco. Nosso objetivo é entender as dinâmicas políticas e sociais produzidas com a implantação da primeira fábrica de carros no Nordeste do Brasil, relacionando-as com os discursos de modernização e desenvolvimento colocados em circulação pela ditadura militar pós 1964. Analisamos a participação dos Estados Unidos e de suas alianças políticas com o Estado brasileiro a partir da instalação da Willys em Pernambuco. Os estudos nos permitiram apontar mudanças promovidas por essa nova forma de produção econômica em uma região na qual a força de trabalho era, predominantemente, rural. Tomamos como documentação para contar essa história, jornais, revistas, documentos da SUDENE, censos demográficos, arquivos do Departamento de Estado Norte Americano, entrevistas realizadas com funcionários do escritório e operários da fábrica e processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, entre 1966 e 1973. Nesses documentos identificamos as lutas e reivindicações por direitos trabalhistas dos operários; apontamos estratégias de controle e exploração aplicadas pela Willys e apresentamos novos disciplinamentos cotidianos impostos ao trabalhador fabril empregado na indústria automobilística, relacionando-os com as leis trabalhistas e as mudanças operadas pela Justiça do Trabalho no período de ditadura militar no Brasil.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38845>



Linha de produção da Willys Overland de Jaboatão, 1966, PE

Título: Justiça do Trabalho e sindicatos na agroindústria açucareira de Pernambuco : lutas e disputas por direitos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão (1964-1967)

Autor(a): RAPOSO, Cristhiane Laysa Andrade Teixeira

Palavras-chave: Pernambuco – História; Sindicatos; Trabalhadores rurais; Justiça do trabalho; Igreja; Ditadura.

Data do documento: 2020

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as mobilizações sindicais dos trabalhadores rurais da agroindústria açucareira através das lutas e disputas por direitos trabalhistas durante os anos de 1964 a 1967. Procuramos entender os discursos e práticas agenciados pelos trabalhadores rurais na reivindicação por direitos em suas relações de trabalho nas usinas e engenhos de Pernambuco. Para isso, analisamos autos findos de processos trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão cruzando esta documentação com registros de sindicatos e relatórios de entidades de orientação rural assessorados por setores da Igreja Católica, com arquivos policiais e periódicos da imprensa local e nacional sobre a mobilização destes trabalhadores na agroindústria açucareira. Estudamos as greves nos engenhos e usinas de Jaboatão empreendidas no cenário de instituição da Ditadura com o Golpe Civil-Militar de 1964, assim como os embates judiciais impetrados na Justiça do Trabalho entendendo os trabalhadores rurais como sujeitos ativos nas lutas por direitos agenciando dispositivos e táticas para efetivar melhores condições de vida e trabalho na zona canavieira de Pernambuco.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42830>

Título: Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho : A luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata - PE (1963-1979)

Autor(a): ARAÚJO, Joana Maria Lucena de

Palavras-chave: Pernambuco – História; Direito do trabalho; Justiça do trabalho – Nazaré da Mata (PE); Trabalhadores rurais.

Data do documento: 2021

Resumo: Este trabalho tem por objetivo investigar como os direitos trabalhistas impactaram as relações de trabalho na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Concentramos nossas análises no período que vai de 1963 a 1979. O espaço privilegiado foi o município de Nazaré da Mata e arredores, área de abrangência da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Nazaré da Mata. Escolhemos esse tempo e espaço com o propósito de acompanhar os desdobramentos da aprovação e aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), bem como as posteriores reformas na legislação trabalhista proposta pelos governos militares. A década de 1970 é particularmente importante para esse trabalho porque entre 1965 e 1979, foram adotadas políticas governamentais de grande impacto para o campo brasileiro. Entre outras medidas, houveram os projetos de colonização, colocados como alternativas a Reforma Agrária, e as extensas mudanças impostas ao próprio ETR. Além disso, em 1971 houve a implantação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) que travava da Previdência dos trabalhadores rurais. A documentação privilegiada nesse trabalho são os processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. Nesses documentos, encontramos registros e histórias de trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, que vivenciaram mudanças expressivas no cenário social, político e econômico brasileiro. Desde a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) até a mudança do regime democrático da ditadura militar (1964 a 1985). As caixas alinhadas nas prateleiras, divididas por ano e município, dão a impressão de que, seja qual for o momento, havia processos e portanto uma justiça atuante.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45300>

Título: Violência, crime e prisão : a atuação do aparato jurídico-policial em processos de trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1946-1964)

Autor(a): SILVA, José Rodrigo de Araújo

Palavras-chave: História; Trabalhadores rurais - Crimes contra; Violência contra trabalhadores rurais; Prisão; Sociedades açucareiras.

Data do documento: 2023

Resumo: Este trabalho versa sobre as práticas de violência, crime e prisão nas plantações açucareiras de Pernambuco (plantation) durante o período democrático (1946-1964). Defendo a tese de que os usos sistêmicos da violência só foram possíveis graças a uma série de fatores, dispositivos e mecanismos da segurança pública e do judiciário na Zona da Mata que atuaram no sentido de viabilizar — direta e indiretamente — a violência patronal. Desta forma, faz-se necessário uma análise dos modos de atuação dos agentes públicos e das instituições, bem como um detalhamento dos inquéritos, processos e sentenças sobre os trabalhadores. O estudo parte da premissa de que a violência estrutural do cotidiano canavieiro era um fator determinante para o funcionamento do sistema monocultor. Sendo assim, a participação do Estado foi fundamental através do aparato jurídico-policial na região. Se por um lado havia uma omissão estatal diante da violência patronal organizada, por outro, a Polícia e a Justiça colaboravam através de instituições, órgãos de segurança e espaços de encarceramento e trabalho, garantindo assim a estrutura das plantações nas terras do açúcar.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51393>

Título: Trabalhadores, direitos e justiça do trabalho : a construção civil em Maceió (1964-1980)

Autor(a): MELO, Airton de Souza

Palavras-chave: História; Trabalhadores; Maceió (AL); Construção civil - Maceió (AL); Justiça do trabalho; Direitos dos trabalhadores; Brasil - História - 1964-1985.

Data do documento: 24-Out-2022

Resumo: A ditadura brasileira iniciada após o golpe de 1964 atingiu de forma sistemática o mundo do trabalho, resultando na redução dos espaços democráticos na relação capital x trabalho, e aprofundando a desigualdade nas relações trabalhistas. Nesse contexto, essa tese propõe investigar os trabalhadores da construção civil em Maceió nos momentos de embates com seus patrões, mediados pela Justiça do Trabalho. Pretendemos lançar olhares sob esses trabalhadores fora de um viés estatal, onde eram minimizados ou ignorados; mas, sim, sob uma perspectiva que nos revele e nos dê a possibilidade de reavaliar o papel desses trabalhadores no período ditatorial. Além disso, analisar o papel da Justiça do Trabalho e sua “vocação conciliatória”, assim como o caso específico do tribunal do trabalho em Maceió, como parte integrante de um movimento nacional; mas, também envolto em particularidades. Através das fontes, conseguimos compreender como viviam e trabalhavam estes operários que buscavam reparação de direitos através de luta nos tribunais da Justiça do Trabalho.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51846>



Trabalhador rural e filhos, Reclamação Trabalhista nº.28/1978, JCJ Nazaré da Mata



Trabalhador rural e filhos, Reclamação Trabalhista nº.28/1978, JCJ Nazaré da Mata

Título: Entre dominação e resistência : cotidiano e lutas de homens e mulheres do campo em Alagoa Grande e região - 1964-1985

Autor(a): SOUSA, Rivaldo Amador de

Palavras-chave: História; Dominação; Violência patronal; Trabalhadores rurais; Zona canavieira – Paraíba; Resistência.

Data do documento: 2023

Resumo: Durante a segunda metade do século XX, as transformações pelas quais a área da zona canavieira da Paraíba passou estão estritamente relacionadas à exploração da cultura da cana-de-açúcar. Nesse espaço e numa conjuntura política de um estado autoritário (1964-1985), um conjunto de eventos históricos explica, em sua própria imbricação, as transformações e mudanças experienciadas por homens e mulheres que laboravam no mundo rural dessas áreas. A chamada “modernização” da indústria da sacarose; a intensificação desenfreada da concentração fundiária; a expansão dos canaviais; a crescente violência patronal contra a gente despossuída do campo; a expulsão de moradores de engenhos, obrigando-os a migrarem para as periferias urbanas, o que redesenhou os perímetros urbanos das grandes e pequenas cidades. O modelo de governo antidemocrático instituído durante o período de 1964 a 1985 empoderou as classes dominantes que concentraram ainda mais em suas mãos capitais econômico, político, social e simbólico. Todos esses fatores permitiram a intensificação da precarização das relações de trabalho e das condições de vida, bem como da pobreza, da miséria no campo e nas pontas de rua. Esta tese de doutoramento estuda as práticas de dominação de senhores de terra e de política, como também as lutas de resistência da classe trabalhadora rural em Alagoa Grande - município localizado na microrregião do Brejo, a cerca de 120 km a oeste da capital do estado - em diálogo constante com as diversas experiências ocorridas em outras regiões da zona canavieira da Paraíba. Foram várias as tentativas de mobilização de esforços por homens e mulheres do campo no sentido de conter esse processo de dominação, investindo forças, por meio de

diferentes formas de resistência, contra todas as situações de opressão vivenciadas no cotidiano e refletidas diretamente em suas condições de vida e de trabalho. Os embates travados entre empregadores e empregados, moradores e proprietários, rendeiros e senhores de terra constituíram na zona canavieira um espaço de tensão e ocuparam páginas de jornais, mobilizando uma parcela da sociedade. Por meio da arte de resistir, trabalhadores e trabalhadoras rurais ocuparam diversos espaços formais e não formais, denunciando e promovendo embates. As páginas da imprensa, os sindicatos, os fóruns, as ruas, as praças e as igrejas se tornaram lugares de uma luta política que permitiu o enfraquecimento da dominação das elites agrárias e políticas, denunciando a exploração, a violência patronal e do próprio Estado. O abundante material documental utilizado nesta tese permitiu reescrever as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da zona canavieira da Paraíba, possibilitando identificar que as lutas de resistência consentiram fraturar as velhas relações no campo e construir condições para uma reconfiguração nas relações de poder e de trabalho no mundo rural, situação que lhes propiciou sair do silêncio e evocar seus lugares na sociedade enquanto sujeitos de direitos.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/56658>

Título: “Fecundas, imensas e ocupadas, mãos laboriosas...”: os múltiplos trabalhos das canavieiras e sua contribuição à sobrevivência da classe trabalhadora rural (Zona da Mata Sul de Pernambuco, anos 1970)

Autor(a): SIQUEIRA, Renata Borba Cahú

Palavras-chave: Trabalho; Canavieiras; Plantação.

Data do documento: 2024

Resumo: A presente tese estuda os múltiplos trabalhos das canavieiras e a contribuição destas à sobrevivência da classe assalariada rural, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, nos anos de 1970. O sistema de

plantação, no qual estavam inseridos os trabalhadores e trabalhadoras do açúcar, impôs aos mesmos, para além das adversidades próprias da exploração capitalista, condições de existência precárias. No recorte temporal da presente pesquisa, os incentivos do Estado à agroindústria sucroalcooleira foram intensos. Com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool, 1975), houve um aumento da pauperização dos trabalhadores devido, entre outras causas, à perda dos sítios para a expansão monocultora da cana-de-açúcar. Somava-se a essa realidade o período autoritário (1964-1985) e as consequências advindas dessa “longa noite”: agravamento da violência; perseguições políticas; intervenções em sindicatos; achatamento salarial. Foi nesse contexto de “exploração e miséria”, com poucos recursos monetários, e em uma época de reduzidas políticas públicas voltadas ao auxílio dos assalariados rurais, que as canavieiras atuaram. Trabalharam nas plantações, semeando, cortando cana, limpando mato e em muitas outras atividades. Intentamos demonstrar, como escreveu Cora Coralina, que foi através das “fecundas, imensas e ocupadas, mãos laboriosas...” das trabalhadoras rurais que foi possível a manutenção, mesmo em condições adversas, da vida. A presente pesquisa foi pautada pela análise de fontes primárias, processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Catende e Palmares; além das Atas do Instituto do Açúcar e do Alcool, as séries históricas do IBGE; os Diários do Congresso Nacional, a Legislação Trabalhista, entre outras.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/61950>



Informativo Extraordinário dos Urbanitários de Pernambuco/
CHESF em 27 de maio de 1991

4.2 Dissertações de mestrado

Título: Estado, trabalho e justiça : trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira(1955-1959)

Autor(a): Henrique Dias Inácio, Pedro

Palavras-chave: Estado; Trabalho; Justiça do Trabalho

Data do documento: 2010

Resumo: Nesta dissertação procuramos situar e refletir o papel da Justiça do Trabalho, tendo como base ações impetradas por trabalhadores da cidade do Recife na década de 1950, que constam dos Arquivos do TRT da 6ª Região. São analisados casos que permitem conhecer as práticas mais gerais de funcionamento da Justiça do Trabalho, assim como apreender parte do cotidiano vivenciado pelos trabalhadores, além dos mecanismos usados - por trabalhadores e patrões - na disputa de seus interesses ante a Justiça. Essas análises são precedidas por discussões teóricas envolvendo a tríade conceitual “Estado, Trabalho e Justiça”, fundamentais para o estudo das demandas das classes trabalhadoras e o entendimento da relação de institucionalização da exploração do trabalho através da legislação trabalhista brasileira e de sua prática judicial

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7893>

Título: Nos fios da resistência feminina : labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)

Autor(a): Rodrigues Ferreira Varejão, Luciana

Palavras-chave: Trabalhadores; Setor têxtil; Recife.

Data do documento: 2011



Operárias da fábrica de Fernão Velho, 1920, AL

Resumo: Durante muitos anos no século XX, desde a primeira metade, o setor têxtil pernambucano ocupou os primeiros lugares dentro das indústrias de transformação do estado, seja no valor da produção ou no quantitativo de pessoal empregado nesse ramo. Para situar as demandas da classe trabalhadora na época da democracia populista foram feitas análises principalmente dos autos trabalhistas movidos por esses atores sociais junto à 6ª Região do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Recife do início dos anos 1960. O extraído dessas fontes nos permitiu refletir acerca dos problemas enfrentados pelos/as trabalhadores/as (horas extras trabalhadas e não pagas, férias nunca desfrutadas, suspensões consideradas arbitrárias quando levadas a juízo etc), bem como elencar e discutir as demandas femininas (auxílio maternidade, salário-gestante, demissões por motivo de gravidez) já que tratamos de um setor cuja mão de obra majoritária foi historicamente composta por mulheres. Constatamos que, se a legislação visava proteger os trabalhadores, seu cumprimento era regularmente burlado pelo empresariado do setor, evidenciando a exploração a que os/as operários/as estavam sendo submetidos. Além de considerar a interdisciplinaridade em nossos estudos, embasamo-nos principalmente nas contribuições dadas pela historiografia inglesa.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7569>

Título: Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)

Autor(a): Marcelo Marques Ferreira Filho, José

Palavras-chave: Acidentes e Doenças do Trabalho; Processo de Trabalho; Trabalhadores do açúcar; Zona Canavieira de Pernambuco.

Data do documento: 2012

Resumo: A história das condições de vida na Zona da Mata de Pernambuco é indissociável do processo de trabalho na agroindústria açucareira. Nos discursos da classe patronal canavieira, o precário estado de saúde em que se achava a classe trabalhadora não possuía vínculo com as relações de trabalho em seus domínios. A maior parte das doenças que acometiam os trabalhadores, bem como seu envelhecimento prematuro, era explicada como um processo natural da vida, ou ainda como má condição física, inerente aos indivíduos. Entretanto, na contramão de tal linha argumentativa, a presente pesquisa defende que uma série de fatores, condicionados historicamente, predispunha a classe trabalhadora do açúcar a acidentes e doenças decorrentes do trabalho. O objetivo do presente estudo é fazer emergir as conexões, nem sempre manifestas entre processo de trabalho, em sua categorização ampla, e doenças. Concentração fundiária, monocultura e regime de trabalho forçado compõem, basicamente, os elementos que marcaram a vida dos trabalhadores das terras do açúcar. Esta combinação produziu uma sociedade crônica e endemicamente patológica. Nesse cenário, a história das condições de vida e saúde dos canavieiros e operários do açúcar projeta-se em dimensões, ao mesmo tempo, distintas e inseparáveis: as deformações corporais e os efeitos deletérios de doenças e acidentes do trabalho que os atingiam, estavam intimamente relacionados à lógica capitalista de produção na qual se inseriam. A assistência médica aos trabalhadores era precária e permaneceu assim mesmo após a construção do Hospital Barão de Lucena, conhecido como Hospital das Usinas, em 1958. Através de uma análise pormenorizada de 6.290 prontuários médicos, buscou-se classificar o perfil dos trabalhadores atendidos (sexo, idade, município de procedência, setor de produção na agroindústria), bem como discutir seus problemas de saúde tomando por referência diversos riscos aos quais eram submetidos no trabalho. Ao mesmo tempo, um estudo detalhado com 3.256 processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Escada e Palmares entre 1964 e 1968 permitiu identificar os discursos das classes trabalhadora e patronal em torno das questões trabalhistas e condições de vida dos trabalhadores. O choque entre o aparato legal do Direito e da Justiça do Trabalho permi-

tia que a maior parte das reclamações trabalhistas favorecesse o setor agroindustrial, perpetuando, sem alterações significativas, a miséria da classe trabalhadora. Dessa forma, a pesquisa permitiu reconstruir os caminhos pelos quais indivíduos saudáveis adquiriam o estatuto de doentes em potencial decorrente do trabalho. A naturalização das doenças do trabalho, no discurso da classe patronal canavieira, escondia o fato de que a exploração quase sem limites da mão-de-obra mantida, em certa medida, pela omissão consentida do Estado era o principal agente causador da maior parte das doenças dos trabalhadores. Quase como uma equação natural, as plantações de açúcar em Pernambuco instituíram, por meio de uma perfeita aritmética da exaustão, uma duradoura indústria dos corpos exauridos.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7916>

Título: Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas : relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)

Autor(a): BEZERRA, Marcela Heráclio

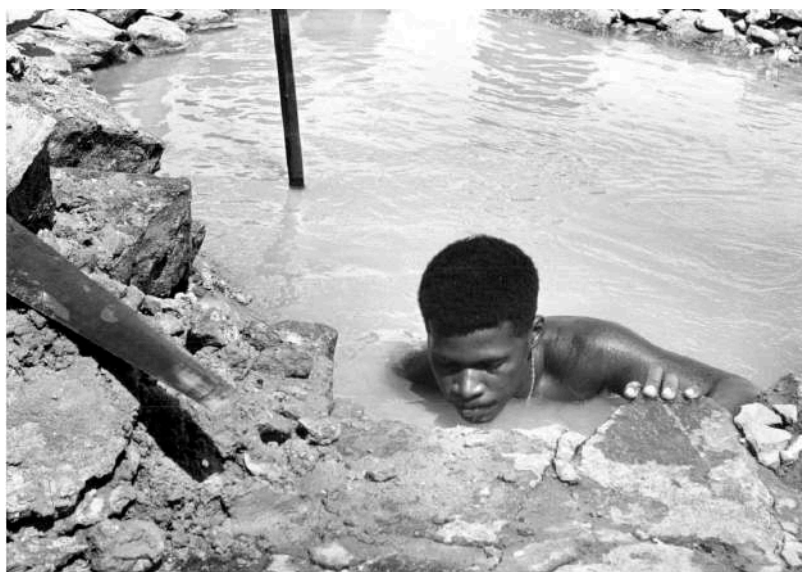
Palavras-chave: Trabalhadoras canavieiras; Zona da Mata de Pernambuco; Exploração de classe; Opressão de gênero.

Data do documento: 2012

Resumo: As trabalhadoras canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco, desde a tenra infância, foram obrigadas a sobreviver em miseráveis condições de vida e degradantes relações de trabalho inerentes ao sistema agrícola implantada na região desde os tempos de Duarte Coelho. A lógica da produção canavieira, fundamentada na tríade latifúndio, monocultura do açúcar e exploração da mão-de-obra, imprimia às mulheres canavieiras, assim como os demais trabalhadores, à exploração extensiva das classes patronais. Para as

trabalhadoras, a exploração de classe somava-se à opressão de gênero, recaindo sob elas, a dupla ou tripla jornada de trabalho. A partir do reconhecimento e da valorização das mulheres canavieiras como partícipes da classe trabalhadora, característica nem sempre considerada pela historiografia relativa aos movimentos sociais no campo, a presente pesquisa buscou dar visibilidade histórica às trabalhadoras canavieiras, através da reflexão acerca das práticas políticas e das relações estabelecidas por elas nos distintos âmbitos de atuação social, ao longo do decênio de 1980. Ao problematizar a presença ou a ausência das mulheres canavieiras nos diferentes espaços de sociabilidade, analisou-se 3.074 fichas de trabalhadores associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, entre os anos de 1963 e 1989, os documentos produzidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e pelo Centro das Mulheres do Cabo. Realizou-se também um estudo pormenorizado dos 525 processos trabalhistas impetrados na 1ª Junta de Conciliação Justiça do Cabo de Santo Agostinho, de 1980 a 1985 e das 15 entrevistas realizadas com trabalhadores canavieiros, assessores sindicais e líderes de movimentos sociais. Longe de constituírem-se como apêndices históricos, constatou-se: o protagonismo das trabalhadoras canavieiras no ambiente do trabalho assalariado e no espaço doméstico; o gradativo aumento da participação feminina nas campanhas salariais e nos movimentos sindicais e de mulheres trabalhadoras rurais; a presença das trabalhadoras canavieiras na Justiça do Trabalho através dos processos trabalhistas que reivindicam o cumprimento dos direitos conquistados através das Convenções e Dissídios Coletivos. Ao eleger como objeto de estudo as relações de trabalho, as lutas políticas e os embates travados no cotidiano das trabalhadoras canavieiras da zona da Mata Sul de Pernambuco, ao longo da década de 1980, visa-se dar visibilidade histórica a sujeitos pouco contemplados pela historiografia - as mulheres canavieiras - sem os quais, torna-se incompleta qualquer análise sobre a história dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco bem como da classe trabalhadora rural brasileira como um todo.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11042>



Funcionários trabalhando sem equipamento de proteção,
Dissídio Coletivo N.º. 55/1991

Título: O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências

Autor(a): FERREIRA, Rafael Leite

Palavras-chave: Sindicalismo urbano; Trabalhadores; Greves.

Data do documento: 2012

Resumo: Através da leitura da bibliografia referente ao “Novo sindicalismo” no Brasil, percebemos a ausência de “estudos regionais” e o enorme privilégio dado aos eventos ocorridos no eixo RJ-SP. A partir desta constatação, apresentamos este trabalho que tem como objetivo analisar o (res)surgimento do movimento sindical urbano, em Pernambuco, durante os anos finais do regime civil-militar (1979-1984), identificando, em seu processo de constituição, os elementos de mudanças e de permanências em relação às atividades sindicais anteriores. Nesta pesquisa, procuramos mostrar que a retomada do movimento grevista não foi exclusividade do eixo RJ-SP. No Estado de Pernambuco, por exemplo, foram deflagradas inúmeras greves em diversas categorias (médicos, professores, motoristas, eletricitários e metalúrgicos). Essas paralisações, ao enfrentarem o governo e/ou patrões, foram extremamente importantes para a luta dos trabalhadores pernambucanos nesses anos, pois, ao romperem o cerco montado pela ditadura, iniciaram uma profunda luta contra o arrocho salarial, pilar fundamental do projeto econômico conservador e autoritário do regime civil-militar.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19126>

Título: Sindicato de trabalhadores rurais em Palmares frente à repressão.

Autor(a): SILVA, Alexandre Junior de Lima e

Palavras-chave: Sacaricultura; Sindicalismo rural; Repressão.

Data do documento: 2012

Resumo: A presente dissertação estuda o município de Palmares a partir de três eixos: a sociedade construída para atender a produção do açúcar; a luta dos trabalhadores rurais para formar as Ligas Camponesas, sindicatos e partidos de esquerda e o fechamento do sindicato com o golpe de 1964. O sindicato dos trabalhadores rurais deu continuidade às lutas iniciadas na década de quarenta e, tiveram na reforma agrária uma de suas reivindicações, experimentando no Congresso Camponês seu ápice. Ao mesmo tempo, procurou estender aos trabalhadores rurais os direitos alcançados pelos operários da indústria, combateu o analfabetismo e incentivou ampla participação política dos trabalhadores rurais. No que tange ao aspecto teórico, as obras de Karl Marx servem de referência aos atores sociais, mesmo que de modo velado em todas as discussões de apoio às argumentações. Em Palmares a luta de classe pode ser considerada a moldura sobre a qual foi travada uma disputa, interrompida com o golpe militar que, por sua vez, fechou o sindicato, prendeu seus membros e cassou mandatos políticos. As fontes utilizadas foram: os arquivos do Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região, disponíveis para a pesquisa, graças a um acordo entre o departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e a Justiça do Trabalho; o Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, e seu anexo DOPS; os arquivos da Fundação Joaquim Nabuco. Houve, ainda, pessoas que testemunharam o movimento dos trabalhadores rurais e, gentilmente colocaram-se a disposição, contribuindo para a preservação da memória das lutas dos trabalhadores rurais.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19125>

Título: Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)

Autor(a): BARROS, Júlio César Pessoa de

Palavras-chave: Pernambuco; Zona da Mata; Primeiro governo Arraes; Trabalhadores rurais; Patronato rural.

Data do documento: 2013

Resumo: De 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964 foi o tempo que durou o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Para os contrários, foram catorze meses de agitação social. Já para os favoráveis, liberdade e democracia resumem o período. Utilizando o mesmo argumento, acusadores e defensores teceram suas críticas: a gestão dos conflitos de classe, quando o governo procurou transferir para a esfera social o tratamento das reivindicações dos trabalhadores rurais. Na presente pesquisa, inicialmente estudou-se a atuação da polícia e da Secretaria Assistente, os dois principais órgãos no cumprimento deste intento. Evidenciaram-se as mudanças, as permanências e as críticas positivas e negativas que receberam. Posteriormente, foram repertoriadas as principais reivindicações de trabalhadores e patronato rural e os recursos de negociação que ambos utilizaram na consecução de seus objetivos. Por fim, analisaram-se as relações estabelecidas entre governo, movimentos sociais e órgãos de classe patronal, com destaque para a pressão que esses dois últimos exerceram sobre o primeiro, o desgaste do Executivo estadual perante os movimentos sociais e a oposição sistemática desenvolvida pelos órgãos de classe patronal.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433>

Título: Justiça e relações de trabalho na zona da mata de Pernambuco: espaços e possibilidades de reivindicações e lutas por direitos (1979 - 1985)

Autor(a): Raposo, Cristhiane Laysa Andrade Teixeira

Palavras-chave: Trabalho; Justiça; Zona da Mata; Direitos; Pernambuco; Ditadura militar; Brasil.

Data do documento: 2013

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar as relações de trabalho na Zona da Mata de Pernambuco, durante os anos de 1979 a 1985, por meio da investigação de processos trabalhistas arquivados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cruzando esta documentação com os prontuários do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco e os registros das representações dos trabalhadores nos periódicos da imprensa local. Os movimentos reivindicatórios no campo neste período repercutiram na produção do Dissídio Coletivo e Primeira Convenção Coletiva de Trabalho no Campo, aparatos legais que serão apropriados pelos trabalhadores rurais e utilizados como instrumentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho na Zona da Mata de Pernambuco.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11348>

Título: A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: Trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)

Autor(a): ARAÚJO, Joana Maria Lucena de

Palavras-chave: História; Migração interna; Trabalhadores rurais – Brasil, Nordeste; Mato Grosso.; Desenvolvimento econômico; Política pública.

Data do documento: 2015

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo, investigar o deslocamento de trabalhadores rurais, em grupos, ou acompanhados de suas famílias, do Nordeste para a Amazônia, em particular, para o norte do Mato Grosso. Toma-se como ponto de partida, a análise das políticas públicas dos governos militares para essa área, no período de 1970 a 1985. Estes projetos tinham por principal objetivo integrar a região amazônica aos grandes centros produtivos do Sul e Sudeste do país, e aos mercados internacionais, com a justificativa de “ocupar os

espaços vazios” e promover o desenvolvimento econômico, segundo o discurso governamental. As políticas de desenvolvimento regionais, pensadas para a Amazônia, intensificaram a migração, já existente, que tinha, como destino, esse território, sobretudo, para os estados que receberam projetos de colonização, agropecuários e minerais, tais como, o Mato Grosso, Pará, Rondônia, entre outros. Ainda, não podemos olvidar, da influência que o aumento do deslocamento populacional com direção ao Mato Grosso teve no desenvolvimento das relações de trabalho nesse espaço, em especial, entre empresários e trabalhadores rurais. Para melhor proceder com essas análises, mobilizamos todo um aparato documental e bibliográfico que envolvem discursos de presidentes da república, Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os documentos alojados no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, entre outros.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16826>

Título: O trabalho tecendo memórias: cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto (1948-2014)

Autor(a): SANTOS, Letícia de Carvalho

Palavras-chave: História; Memória; Mulheres; Tecelagem; Indústria têxtil.

Data do documento: 2015

Resumo: Dentro do cotidiano, baseado no trabalho fabril e no trabalho doméstico, como as mulheres vivenciaram esse dia a dia da dupla jornada de trabalho? Como experiência do cotidiano, diferente dos homens, as ex-operárias da Fábrica de Tecidos Rio Tinto (inaugurada em 1924) ocuparam em grande número a tecelagem, local de destaque na produção. Primeiro foram construídas as instalações da fábrica e uma parte da vila operária, hoje é possível de se ler a cidade através de seus prédios e da população idosa, antiga força de trabalho da companhia. A fábrica permanece estática, carregando em seus tijolos histórias de resistência e de tantos cotidianos, de quem migrou com toda a família, largando seu pedaço de terra em busca de trabalho,



Greve dos Canaveiros, 1989, PE



Greve dos Canaveiros, 1989, PE

moradia e das torneiras que “jorravam leite e água”. Como fechamento da fábrica, as mulheres tiveram que retornar ao trabalho doméstico, poucas conseguiram se inserir em outra atividade. Essas, mesmo suportando rotinas exaustivas, contaram com orgulho o trabalho que desempenharam, na produção dos tecidos. Foram mais valia, poucas horas de sono, muitos cuidados com os/as filhos/as, comidas feitas, roupas lavadas, mas na memória, elas lembram um tempo difícil, porém, gratificante.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16827>

Título: Relações, conflitos e repressão: a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966)

Autor(a): SANTOS, Izabel Helena Acioli Siqueira dos

Palavras-chave: História; Trabalhadores rurais; Sindicatos – Trabalhadores rurais; Crime contra os trabalhadores rurais; Violência política; Governo militar; Ditadura militar.

Data do documento: 2016

Resumo: Esta dissertação tem por objetivo analisar como se deu a atuação dos trabalhadores rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre 1960 e 1966. Trabalhando com um recorte temporal que compreende dois momentos distintos da História do Brasil, um período de pré e pós-golpe militar, com suas rupturas e continuidades. Procurando examinar, em uma conjuntura de pré-golpe, a participação daqueles trabalhadores nas lutas por direitos que cresciam no campo e o que ocorreu para que aquela entidade de classe sofresse três intervenções por parte do Ministério do Trabalho e algumas das suas lideranças políticas fossem presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Também examinamos como, naquele mesmo período, o estado de Pernambuco e, em especial, os trabalhadores rurais,

vivenciaram a curta, porém, rica experiência com os catorze meses do primeiro governo de Miguel Arraes de Alencar, entre janeiro de 1963 e março de 1964. E, em uma conjuntura pós-golpe, buscamos analisar como este interferiu na vida daqueles trabalhadores rurais e seu Sindicato, quando este sofreu uma nova intervenção em sua direção e o recrudescimento da violência efetuou novas prisões e até desaparecimentos de trabalhadores ligados à luta no campo.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27795>

Título: “Respeitem a Lei, Srs. Banqueiros!”: experiências da luta sindical dos bancários de Pernambuco (1931-1939)

Autor(a): FREITAS, Geraldo Houly Lelis de

Palavras-chave: História; Bancários; Sindicalismo; Sindicatos – Bancários; Direito do trabalho.

Data do documento: 2017

Resumo: Neste trabalho, estudaremos as experiências da luta sindical dos bancários de Pernambuco da fundação da entidade em 1931 até a promulgação da lei do enquadramento sindical em 1939, constituindo-se na sua liderança institucional durante todo o decênio de 1930, predominantemente a orientação do sindicalismo corporativista. Além disso, procuraremos identificar os fatores relevantes e as dificuldades da organização sindical no período. No caso deste sindicato, os dirigentes defendiam a proposta de organização dos sindicatos no aparelho ideológico do Estado, conforme instrução da lei de sindicalização de 1931, debatida e modificada em alguns termos específicos na Assembleia Constituinte de 1934. Depois da truculência governamental que se sucedeu ao movimento insurrecional em novembro de 1935, conhecido como Intentona Comunista, a atividade sindical passou a ser radicalmente normatizada segundo os preceitos corporativistas, sobretudo nos primeiros anos do Esta-

do Novo (1937-1945). Deste modo, o cerceamento da organização sindical provocou uma constante diminuição do quadro de filiações e aprofundou o distanciamento da categoria obstaculizando a luta política institucional em torno do cumprimento da legislação trabalhista no cotidiano dos bancos.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28476>

Título: A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)

Autor(a): SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos

Palavras-chave: História; Fábricas; Trabalhadores têxteis; Indústria têxtil; Vila de fábrica; Governo militar – Brasil.

Data do documento: 2017

Resumo: Este trabalho investiga a constituição de um sistema de fábrica com vila operária na área suburbana da cidade do Recife, na Fábrica da Macaxeira, oficialmente denominada de Fábrica de Apipucos (e depois Fábrica Coronel Othon), pertencente ao conglomerado Cottonificio Othon Bezerra de Mello, o qual reunia outras três fábricas, sendo duas no centro da cidade e outra localizada no subúrbio da Várzea. A Fábrica da Macaxeira, fundada no ano de 1895 pelos engenheiros Antonio Braz da Cunha e Alfredo Silva, somente veio a ter sua vila operária após ser adquirida pelo comerciante Othon Bezerra de Mello, no ano de 1925. Nesta data iniciou-se a consolidação de um sistema peculiar de dominação que previa o estabelecimento da mão de obra em torno do trabalho fabril, de modo que o controle industrial pudesse transbordar por sobre a esfera doméstica dos operários inquilinos da indústria. Esta relação vigorante entre o patronato e a mão de obra empregada residente na vila operária da fábrica pressupunha uma série de regramentos tácitos, os quais eram periodicamente atualizados através de cerimoniais institucionais paternalistas legitimadores da

dominação econômica, política e social, demarcando todo o período histórico em que persistiu. Contudo, a emergência das contradições internas do sistema de fábrica com vila operária em meio ao contexto político e econômico nacional possibilitou o escancaramento da luta de classes na esfera pública com o fortalecimento do órgão de classe dos têxteis do Recife entre as décadas de 1940 e 1960. Com a ditadura de 1964 e a instituição do FGTS em 1965 foi desferido um golpe determinante para o enfraquecimento do sindicato, coincidindo com a política da administração fabril de perseguição e expropriação da história dos associados e dos “velhos operários”, cuja última vitória foi a conquista da inclusão das casas da vila operária nos “acordos” que eliminava dos quadros de empregados os últimos operários estáveis por lei. Paralelamente, o processo de desmonte da vila operária coincidiu com o processo de explosão demográfica do bairro da Macaxeira acarretando novos problemas à localidade, em franco processo de desindustrialização face à decadência do setor têxtil.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26365>

Título: O (re)fazer da cidade: usos e apropriações do espaço urbano de Paulista-PE

Autor(a): CAVALCANTE, Maria Clara da Silva

Palavras-chave: História; Espaços públicos; Espaços urbanos; Indústria têxtil; Patrimônio cultural.

Data do documento: 2017

Resumo: A área central do município de Paulista, localizado na Região Metropolitana do Recife, conviveu com o desmonte recente de um núcleo industrial têxtil (1990), e atualmente passa por reestruturas urbanas que transformam e recriam os usos dos rastros de seu período de vila operária. As indústrias têxteis compuseram parte das vivências no estado de Pernambuco, durante o século XX. Além

dos caminhos políticos e econômicos, as relações em torno dos empreendimentos do ramo de fiação e tecelagem se inscrevem nas construções cotidianas, de laços sociais e espaços culturais. Dessa forma, a temática central dessa dissertação é a construção do espaço urbano de Paulista, tendo como objetivo analisar a relação da Companhia de Tecidos Paulista e de suas vilas operárias com as transformações do espaço urbano da cidade, considerando como parte integrante dessas mudanças as experiências dos trabalhadores-moradores, a sua relação com a empresa, e usos dos diversos lugares da cidade, enquanto espaço habitado. Para tanto foram utilizadas variadas fontes históricas, como periódicos, obras memorialistas e processos de tombamento. A análise dessa documentação permitiu uma série de questionamentos e possibilidades narrativas dispostas nesta dissertação em quatro momentos: a formação da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista, mais evidente a partir do final da década de 1920; o cotidiano público das vilas operárias, incluindo a hierarquização na ocupação e usos da cidade, entre 1930 e 1950; espaços em disputa e a contestação da propriedade territorial da Companhia de Tecidos Paulista, durante os anos iniciais da abertura política pós-Estado Novo, entre 1945 e 1949; e finalmente, a relação dos rastros das vilas operárias com o cotidiano público e os usos do espaço urbano atualmente, abarcando a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30733>

Título: Ditos de sofrimento: trabalho escravo contemporâneo nos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco: século XXI

Autor(a): CARVALHO, José Filipe Teixeira

Palavras-chave: História; Trabalho escravo; Conflitos trabalhistas; Trabalhadores rurais; Tempo presente.

Data do documento: 2017

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar o fenômeno do “trabalho escravo contemporâneo” nos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, na primeira década do século XXI. A partir do estudo das condições históricas que permitiram a atualização de práticas de exploração com foco nos canavieiros no tempo presente, procurei compreender como tais práticas passaram a ser constituídas como “trabalho análogo a de escravo” e ser representadas como tal nos discursos jurídico, acadêmico, político, de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e dos próprios trabalhadores. Leva-se em consideração a força de mobilização política do conceito de “trabalho escravo” como uso político da memória. Ao articular a crítica a um escopo documental que inclui denúncias, relatórios, ação civil coletiva, material de propaganda e entrevistas de história oral, busquei historicizar a especificidade do “trabalho escravo contemporâneo”, com ênfase nos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29337>

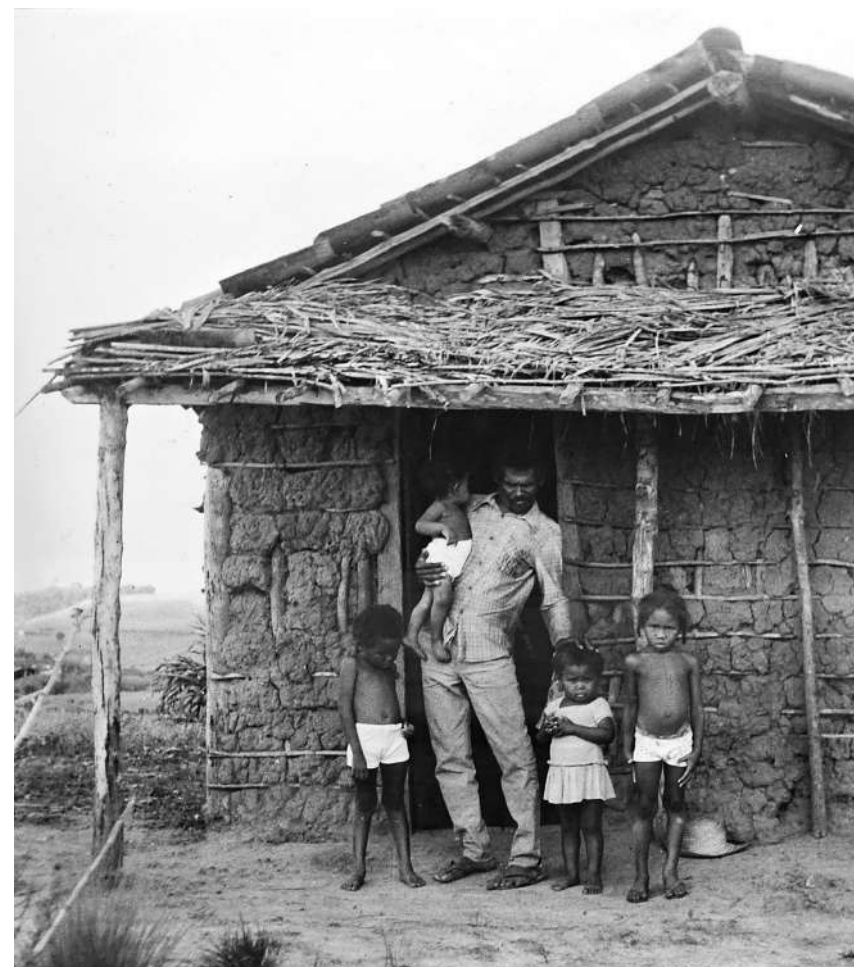
Título: Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)

Autor(a): PEREIRA, Clarisse dos Santos

Palavras-chave: História; Trabalhadores rurais; Justiça do trabalho; Zona da Mata (PE : Mesorregião); Resistência ao governo; Precarização.

Data do documento: 2017

Resumo: Esta dissertação tem como objetivo analisar os discursos tecidos por trabalhadores rurais e proprietários de terra da Zona da Mata Norte de Pernambuco no embate por direitos na Justiça do Trabalho, e que denunciam a extrema precarização do trabalho. A investigação privilegia a análise historiográfica de processos trabalhistas dos anos de 1979 e 1980, da Junta de Conciliação e Julgamento do município de



Trabalhador rural e seus filhos, Reclamação Trabalhista nº. 1203/1986, JCJ Nazaré da Mata, PE

Goiana, arquivados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Procuro entender como se manifestam, nos processos trabalhistas, as estratégias dos empregadores na exploração dos trabalhadores rurais e nos artifícios para burlar a legislação trabalhista, através da análise do regime de moradia, no fim da década de 1970, de um tipo de exploração do trabalho – que chamaríamos hoje de precarização crescente do trabalho –, e da atuação dos empreiteiros. Por outro lado, se compreendo os trabalhadores rurais como sujeitos ativos dentro do movimento histórico, analiso como os trabalhadores utilizam o aparato jurídico da Súmula 57, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho, como uma tática para efetivar melhorias salariais e de condições de vida. Por fim, analiso, ainda, de que maneira o aparato jurídico das Juntas de Conciliação e Julgamento atua no embate de empregados e empregadores, legitimando ou não os discursos enunciados por estas personagens, e como as narrativas possibilitam de fato o acesso a direitos trabalhistas garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, mas violados, ou reiteradamente sofrendo tentativas de ser violado, pelos plantadores de cana e usineiros.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28094>

Título: Entre dois senhores, o patrão e a fome : as greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho – PE 1966-1968

Autor(a): MELO, Camila Maria de Araújo

Palavras-chave: Brasil – História – 1964-1985; Pernambuco - História; Ditadura; Trabalhadores rurais – Cabo de Santo Agostinho (PE); Greves.

Data do documento: 2018

Resumo: Acerca das trajetórias dos trabalhadores rurais do município do Cabo de Santo Agostinho nos primeiros anos da Ditadura Militar,

esta dissertação teve por objetivo analisar as greves promovidas pelos trabalhadores rurais do referido município, entre os anos de 1966 e 1968. Nesse sentido, procuramos apreciar como formas relações estabelecidas entre os trabalhadores rurais e as instituições privadas e públicas, de forma a desnudar sobre quais redes políticas, econômicas e sociais se estruturou o movimento grevista. Para isto, foi necessário esmiuçar alguns pontos que auxiliaram na deflagração e construção das greves, como a situação em que os camponeses viviam e trabalhavam, as relações entre patrões e empregados e entre esses e o Estado, entre outras. As três greves são apreendidas como instrumentos de resistência dos trabalhadores em pleno regime de exceção imposto pela ditadura militar. Ao mesmo tempo, o direito de greve – mesmo estado sob diversas restrições – causou receios em alguns órgãos jurídicos e militares, dado que tal dispositivo de luta podia propagar-se para outras áreas rurais do estado e do nordeste. Para além, considerando o fato de haver poucos trabalhos historiográficos que se debruçaram sobre as greves ocorridas no Cabo de Santo Agostinho, entre 1966 e 1968, a presente dissertação é uma valiosa contribuição no sentido de elucidar detalhes e questões sobre as articulações sociais e políticas do período.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34143>

Título: “O direito que temos é o de morrer de fome” : os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952)

Autor(a): NEVES, Anna Maria Litwak

Palavras-chave: Pernambuco – História; Indústria têxtil – Paulista (PE); Trabalhadores têxteis – Paulista (PE); Companhia de Tecidos Paulista; Justiça do trabalho.

Data do documento: 2019

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo investigar a atuação dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) na Justiça do Trabalho, entre os anos de 1950 a 1952, por meio das ações trabalhistas impetradas por eles na Comarca de Paulista (PE). Sendo uma das maiores indústrias têxteis do Brasil no período, a CTP possuía milhares de operários que se distribuíam tanto nas fábricas Velha e Aurora, quanto nas extensas propriedades ao redor do parque industrial, pertencentes aos Lundgren, família de origem sueca dona do empreendimento. As duras condições de trabalho, os baixos salários e a violência – especialmente promovida por vigias e capangas da Companhia – constituíam uma realidade comum aos tecelões, que não se diferenciava das relações de trabalho em outros estabelecimentos análogos. Ao mesmo tempo, Paulista carregava certas peculiaridades inerentes a uma “cidade-fábrica”, onde um mesmo grupo empresarial detinha a posse de todas as terras, bem como das casas da vila operária. Durante os anos 1930 a 1950, os trabalhadores da Companhia vivenciaram a formação de uma consciência de classe, que resultou não apenas na construção do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú”, enquanto entidade de defesa dos interesses dos têxteis, como também em inúmeros episódios de greves e embates entre patrões e operários. Paralelamente, a promulgação da CLT (1943) e a expansão da Justiça do Trabalho trouxeram um elemento novo, em termos de reivindicação, para os trabalhadores urbanos de uma forma geral, o que impactou de forma significativa nas relações de trabalho entre a administração da CTP e o operariado. Por volta do início dos anos 1950, a Comarca de Paulista já era uma das mais movimentadas do Estado, sendo metade dos processos judiciais reclamações referentes à JT. Nesse ínterim, este trabalho busca não apenas compreender a JT como um espaço que catalisava as insatisfações dos tecelões da Companhia, tornando-as visíveis para o poder público, como também perceber as estratégias utilizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras de Paulista para defender seus interesses de classe na esfera judiciária.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34417>

Capa da Reclamação Trabalhista Nº. 33/1950, JCI de Nazaré da Mata, PE

Título: Canavieiras em embates na Justiça do Trabalho : precarização do trabalho, relações de gênero e luta para defender direitos conquistados (Região Sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972- 1975)

Autor(a): SIQUEIRA, Renata Borba Cahú

Palavras-chave: História; Mulheres; Trabalho; Trabalhadoras rurais; Zona da Mata (PE : Mesorregião).

Data do documento: 2020

Resumo: Do século XVI até os dias atuais a comercialização dos subprodutos extraídos da cana-de-açúcar, em especial o açúcar e o álcool, foi a espinha dorsal da economia do estado de Pernambuco. Dos antigos engenhos aos atuais complexos agroindustriais, tal atividade foi moldada pelos pilares que caracterizavam a plantation, a saber: a monocultura, o latifúndio e a superexploração da mão de obra. A Zona da Mata Sul pernambucana figurou entre as regiões de maior produção sucroalcooleira do Estado e do Brasil. O entrelaçamento do espaço com a atividade refletia-se até mesmo no termo cunhado para designar o local – a zona canavieira. Em todos os períodos históricos o sustento das grandes cifras e altas posições alcançadas pelo empreendimento açucareiro se deu por meio da super exploração da força de trabalho dos homens e das mulheres canavieiros. A história da classe trabalhadora rural foi marcada pelas lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Os anos de 1970, recorte temporal da presente dissertação, estavam contidos no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Nesse momento da história nacional a exploração sofrida pelos trabalhadores rurais alcançou níveis maiores, em consequência das mudanças promovidas pela política empreendida para a “modernização” agrícola. E as lutas sociais ganharam contornos políticos mais complexos, em razão da violência perpetrada pelo Estado contra as organizações de trabalhadores. Nesse contexto, as trabalhadoras rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, inseridas em uma sociedade com um legado escravista e patriarcal, sofriam dupla exploração, as de classe e outras relativas à opressão de gênero. A

presente dissertação tem como objetivo realizar estudo sobre a luta para defender direitos conquistados perpetrada pelas trabalhadoras rurais – via Justiça do Trabalho – na região sul da zona canavieira de Pernambuco, nos anos de 1970. Buscou-se compreender como se dava a participação das canavieiras nas relações de trabalho, bem como as atividades desenvolvidas pelas mesmas nas plantações açucareiras. O estudo intentou também apresentar as sanções patronais sofridas pelas trabalhadoras rurais especificamente pelo fato de ser quem eram – mulheres. As lutas empreendidas pelas canavieiras foram de extrema importância para a classe trabalhadora rural como um todo, dessa feita, procurou-se entender suas lutas como parte constituinte e significativa da história dos trabalhadores rurais do Brasil.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39979>

Título: A fábrica têxtil do Paulista - história, luta de classes e processos trabalhistas : 1963-1965

Autor(a): MELO, Luiz Gustavo Bezerra de

Palavras-chave: Pernambuco - História; Companhia de Tecidos Paulista; Justiça do trabalho – Paulista (PE); Luta de classes; Trabalhadores têxteis.

Data do documento: 2020

Resumo: Esse trabalho teve como objetivo investigar o comportamento da Justiça do Trabalho durante o período de 1963 a 1965, através da análise dos processos que foram ajuizados pelos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) na comarca do Paulista-PE. Sendo a CTP uma das maiores indústrias têxteis do Brasil no período, entender o comportamento da Justiça Trabalhista através de suas sentenças trouxe elementos para refletir sobre a influência do Golpe Militar de 64 na solução final dos processos, diante da força econômica e política dessa fábrica na região. A instalação no Brasil do modelo

“fábrica com vila-operária” contribuiu para desvendar a história da luta de classes ocorrida no Município. Luta que ficou marcada por diversas greves durante o funcionamento da Companhia, com a participação direta dos dois sindicatos que existiram na região na defesa do direito dos trabalhadores, em particular o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Paulista e Igarassu. Não podemos dissociar essa luta de classes do momento político que se viveu no Estado, pois nessa construção houve a participação direta do movimento operário. Trazer a instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) no Município enriqueceu o trabalho com uma reflexão sobre o papel da Justiça Trabalhista nessa dialética de classes, sendo necessário entender todo o caminho percorrido pelos processos nas varas do trabalho, para perceber as estratégias formuladas no âmbito judicial.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38846>

Título: “Como é de direito e de justiça” : um embate de classes entre trabalhadores e empregadores da agroindústria açucareira nos processos trabalhistas da JCJ Goiana/PE (1971-1973)

Autor(a): SOARES, Lara Maria de Holanda

Palavras-chave: Pernambuco - História; História social; Indústria açucareira; Trabalhadores da agroindústria açucareira; Justiça do trabalho.

Data do documento: 2021

Resumo: A cana-de-açúcar, originária do Sudeste Asiático, foi o produto que mais gerou riqueza na colônia. O açúcar virou hábito dos europeus e até hoje, além do etanol, é um dos principais produtos exportados do Brasil. A plantação extraiu tudo da força de trabalho, primeiro coagida e escravizada, depois proletarizada. Após a abolição da escravidão, os canavieiros tornaram-se legalmente livres, mas sem direitos sociais. Esta dissertação traz uma análise das condições dos trabalhadores da agroindústria açucareira entre 1971 e 1973, através dos

processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana (JCJ Goiana/PE). Nos anos 1970, houve um grande investimento aliado a um discurso de modernização e desenvolvimento. Mas esses incentivos também contemplavam os trabalhadores? A indústria açucareira se firmou com incentivos estatais, através de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. Seguindo a história social, espera-se contribuir com uma história desses trabalhadores, sujeitos ativos na construção de sua própria história, ainda que através de um instrumento do discurso oficial, que eram os processos da Justiça do Trabalho. Dado o volume de processos e sua homogeneidade, optou-se pela metodologia da história serial, para se construir uma série histórica. Além de traçar um perfil dos trabalhadores, também se observou como o Estado esteve presente nas relações trabalhistas. Alguns direitos foram conquistados pelos trabalhadores no governo de Getúlio Vargas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Mas os assalariados rurais não foram contemplados por mais 20 anos, tendo seus direitos reconhecidos apenas em 1963, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). A JCJ Goiana/PE, na Zona da Mata Norte pernambucana, foi inaugurada na mesma época. Os avanços sociais conquistados pelos trabalhadores provocaram uma grande reação, que resultou no golpe militar de 1964, quando os canavieiros foram reprimidos duramente, com a perseguição e prisão de líderes dos movimentos sociais e de todos que discordavam do projeto político estabelecido com a ditadura militar (1964-1985). Os processos evidenciam permanências históricas que marcam ainda hoje a zona canavieira, como a violência física e simbólica, as ameaças e a precariedade das condições de vida e de trabalho, como o não recebimento de salário-mínimo, férias ou auxílio-doença, reivindicados e denunciados pelos canavieiros na Justiça, denotando também o embate de classes entre trabalhadores e empregadores.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42450>

Título: Ações trabalhistas, repressão, violência e uso político do passado na Zona da Mata de Pernambuco (1964-1967)

Autor(a): COSTA, Luiz Henrique Santos Ferreira da

Palavras-chave: Pernambuco - História; Justiça do trabalho; Conflitos trabalhistas; Trabalhadores rurais; Repressão; Ditadura.

Data do documento: 2021

Resumo: Esta dissertação analisa conflitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. As ações judiciais estudadas foram movidas por trabalhadores rurais contra seus empregadores nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata, Jaboatão dos Guararapes e Goiana, durante o início da ditadura civil militar. Nos processos trabalhistas selecionados, os latifundiários acusaram os assalariados rurais de terem participado das Ligas Camponesas. Essas acusações faziam parte de um discurso que se apoiava nos signos combatidos pelo novo regime repressor que gradualmente se estabelecia, produzindo então um uso político do passado a partir do agenciamento de memórias que circulavam em parte da imprensa e entre a maioria dos latifundiários. Com isso, estabeleceram-se associações automáticas entre as Ligas e agitação social, insubordinação, greves e incêndios. O intuito dessa estratégia era criar argumentos para justificar demissões por justa causa. Ao mobilizar outras documentações para a pesquisa, como entrevistas com trabalhadores rurais e registros de imprensa, mostrou-se que as histórias presentes nas ações judiciais dizem de uma questão individual, mas também social. Podemos citar as manobras patronais para subtrair direitos dos empregados, uso patrimonialista das forças policiais, e aumento da repressão e violência contra trabalhadores rurais quando do Golpe de 1964.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41540>



Recorte Jornal, Diário de Pernambuco, 1964



Recorte Jornal Diário da Noite, 1963, Reclamação Trabalhista nº. 923/1964, JCI Jaboatão, PE

Título: Entre a violência e o trabalho : relações envolvendo trabalhadores e empregadores nos engenhos e usinas do município de Nazaré da Mata

Autor(a): MELO, Gustavo Galvão Portela

Palavras-chave: História; Violência contra trabalhadores rurais; Trabalhadores das usinas de açúcar; Justiça do trabalho.

Data do documento: 2022

Resumo: Esta dissertação tem como objetivo principal analisar historicamente as práticas de violência contra trabalhadores rurais dos engenhos de cana-de-açúcar da Zona da Mata norte do estado de Pernambuco. Operacionalizando com um conceito de violência que desse conta de suas múltiplas formas, buscamos observar como estas eram aplicadas não somente por proprietários de terra e seus subordinados, como também por agentes policiais e pelo próprio Estado brasileiro. Privilegiando uma análise historiográfica dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata durante a década de 1970, destacamos como o estado brasileiro construiu uma legislação que permitia a reivindicação legal de direitos trabalhistas no meio rural, principalmente por meio do Estatuto do Trabalhador Rural. Compreendendo o direito e as leis enquanto históricas e, portanto, inclusas nas disputas de poder e passíveis de ampliação e retração, defendemos que esta legislação foi construída de maneira a não abarcar as complexidades do trabalho rural. Dessa forma, a legislação permitia aos proprietários de terra utilizar-se das “brechas” legais para o não pagamento dos direitos garantidos. Compreendendo os trabalhadores rurais enquanto sujeitos ativos de seus processos históricos, analisamos também como estes elaboram estratégias de resistência nos engenhos, como também nas disputas na Justiça do Trabalho. Por meio das narrativas destas disputas, procuramos apresentar como os diferentes sujeitos se utilizavam dessas estratégias. Por fim, utilizamo-nos dos relatos orais de memória dos trabalhadores, a fim de apresentarmos uma leitura que parte dos próprios sujeitos das

disputas. Com isso, narramos as entrevistas com a ex-juíza do trabalho da JCJ de Nazaré da Mata, bem como o relato de ex-trabalhadores rurais da mesma região, que tiveram suas trajetórias ligadas a movimentos reivindicatórios.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49686>

Título: Os fios do conflito: os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista na busca por direitos (1962-1967)

Autor(a): LINS, José Mateus Guedes

Palavras-chave: Operariado têxtil; Paulista (PE); Companhia de Tecidos Paulista; Ditadura militar; Processos trabalhistas.

Data do documento: 2024

Resumo: A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a atuação dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista na busca por direitos no contexto do golpe empresarial-militar de 1964. Inseridos em um complexo sistema de dominação de “fábrica com vila operária”, a classe trabalhadora de Paulista teve diversos aspectos de sua vida controlados pela Companhia, desde o acesso à moradia, emprego e alimentação, até o desenvolvimento de espaços de lazer e sociabilidade. Ao longo de seu fazer-se, a classe operária do Paulista desafiou o comando dos Lundgren – família proprietária da fábrica de tecidos, (e de) quase todo o território da cidade e outros empreendimentos - através da associatividade sindical e organização de movimentos de reivindicação de melhorias. No início dos anos 1960, os operários paulistenses participaram de importantes greves contra a CTP e a falta de aplicação dos direitos trabalhistas pela empresa. Após o golpe empresarial-militar, as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais foram bruscamente interrompidas pelos aparelhos de desmobilização, controle e repressão instalados. Dessa forma, essa pesquisa está inserida no campo da História Social do Trabalho, e tem como

objetivo estudar as contradições entre classe trabalhadora e patronato no período da ditadura militar. Com o raio de ação limitado, a judicialização transformou-se em principal ferramenta para exigências de melhorias do proletariado. Por meio da análise quantitativa dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Paulista e de atas de assembleias do sindicato, examinaremos como se desenvolveu a atuação desses operários na Justiça, e de que forma o contexto político e econômico do período modificou as relações de trabalho e abriu espaço para ações danosas da CTP contra seus empregados. Por fim, elencaremos as conquistas alcançadas e os impactos da ação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/64108>

4.3 Trabalhos de conclusão de curso

Título: Trabalho e saúde na agroindústria sucroalcooleira: os canavieiros na Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana/PE (1967)

Autor(a): ANDRADE, Emerson Rodrigo Barreto de

Palavras-chave: Trabalhadores canavieiros; Saúde; Agroindústria sucroalcooleira; Zona canavieira de Pernambuco; Junta de Conciliação e Julgamento.

Data do documento: 2022

Resumo: Os canavieiros do nordeste brasileiro são atores históricos marcados por uma exploração trabalhista secular dentro do sistema de plantation açucareira que atravessa a história de Pernambuco, do período colonial à República. Inseridos em um processo de trabalho organizado sob a lógica capitalista, eles foram submetidos a intenso ritmo de produção, condições laborais insalubres, remunerações insuficientes e precária alimentação. Em decorrência disso, o cotidiano

dos canavieiros era permeado pela fome, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Os casos de desnutrição abundavam nessa população, situação amplamente divulgada por pesquisadores como Josué de Castro, Nelson Chaves e Malaquias Batista Filho. A categoria só conquistou direitos trabalhistas efetivos em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Este trouxe as garantias mais significativas e sistematizadas de direitos acidentários e previdenciários que os trabalhadores rurais haviam conquistado até então, embora nem todas tenham sido implementadas de imediato. Ainda, a partir de 1967, a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) realizou uma série de retrocessos na legislação sobre acidentes e doenças do trabalho. Assim, o presente trabalho teve como objetivo estudar as relações trabalhistas do setor sucroalcooleiro, a fim de entender e evidenciar como elas impactaram, no ano de 1967, a saúde dos trabalhadores canavieiros. Para isso, analisou-se, através da metodologia da História Serial, processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana/PE, à época órgão federal de primeira instância da Justiça do Trabalho. Essa documentação e as séries produzidas a partir dela foram analisadas em diálogo com a literatura médica e historiografia sobre as relações trabalhistas na zona canavieira.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53168>

Título: Um trabalhador alemão em Paulista durante o Estado Novo (1937-1945)

Autor(a): ARAÚJO, Isadora Aureliano de

Palavras-chave: Companhia de Tecidos Paulista; Brasil na Segunda Guerra; Processo Trabalhista.

Data do documento: 2022

Resumo: O presente artigo nasce a partir do aguçar do interesse que a leitura crítica de um processo trabalhista foi capaz de desenvolver. Expõe-se a história de Walter Koenig, um trabalhador advindo da Alemanha, que ajuizou um processo na Junta de Conciliação e Julga-

mento de Paulista em 1946. O trabalhador reivindicava seus direitos trabalhistas após ter ficado detido em um campo de concentração durante o período em que o Brasil esteve envolvido diretamente na Segunda Guerra. Descreve-se a trajetória do processo trabalhista e seu desfecho, para posteriormente contextualizar em quais circunstâncias os acontecimentos de ordem política e social. O artigo encerra com uma incitação ao uso dessa modalidade de fonte histórica no ensino básico e ao consequente benefício da sua preservação.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49014>

Título: Infâncias amargas no mundo do açúcar: Trabalho rural infantil na zona canavieira Pernambucana (1980 a 1999)

Autor(a): AZEVEDO, Gisele Maria de

Palavras-chave: Infância. Trabalho infantil. Trabalhadores rurais. Condições de trabalho. Zona canavieira de Pernambuco.

Data do documento: 2023

Resumo: Entre as décadas de 1980 e 1990, crianças e adolescentes ainda eram explorados em prol da produção de açúcar em Pernambuco, mesmo com a instituição do ECA no ano de 1990. Essa realidade retrógrada que persistia no estado, é evidenciada pela historiografia como reflexo de um longo processo degradação da terra, em prol de um modelo de produção monocultor e latifundiário, responsável por moldar a paisagem, a economia e as relações sociais da região. Uma das bases da produção canavieira no estado, após a transição da mão de obra escrava para a assalariada, era a baixa remuneração dos salários. Movidos pela necessidade de sobrevivência, as famílias se tornavam numerosas, e logo todos eram levados a colaborar com a renda familiar, incluídas aqui as crianças. Estas últimas, em várias gerações sofreram ano após ano com a fome, a desnutrição e a impossibilidade de acesso à escola em detrimento do trabalho. No momento em que os direitos das crianças começavam a ser constantemente debatidos internacional e nacionalmente, jornais como o Jornal do Commer-

cio do Rio de Janeiro e o Diário de Pernambuco, possibilitam através de uma análise, compreender a relação de exploração entre criança e trabalho no período. Com discursos que refletem a visão predominante no debate público da época, são constatadas percepções distintas ao longo das décadas quanto ao trabalho infantil. Por outro lado, também se notam permanências nestas narrativas ou ausências nas mesmas, ambas repletas de intencionalidades. Se verifica nos periódicos assim como na História Oral, a extensão de lutas, repreensões, resistências, assim como um apagamento por parte dos senhores de engenho e usineiros, das condições degradantes promovidas sobre as infâncias da Zona da Mata pernambucana.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54531>



Trabalho infantil no corte da cana-de-açúcar, acervo Josué de Castro



Ligas Camponesas, Engenho Galileia, 1963, PE

Título: Os caminhos de uma fonte histórica : documentos da Justiça do Trabalho para o estudo das relações de trabalho na Mata Norte de Pernambuco. (Nazaré da Mata, 1967)

Autor(a): SILVA, Marcia Thais Progenia da

Palavras-chave: Fonte histórica; Trabalhadores rurais; Justiça do Trabalho; Mata Norte de Pernambuco; Ensino de história.

Data do documento: 2023

Resumo: A partir da análise histórica sobre a trajetória da produção e domesticação da cana-de-açúcar no território de Pernambuco, desde a colonização portuguesa foi possível reconhecer as primeiras relações de trabalho em larga escala da localidade. A discussão entrará no universo singular do Estado. Há as grandes terras destinadas à monocultura açucareira, possuídas pelo patrão/empregador, dono dos latifúndios e da pomposa casa grande. Os escravizados africanos e indígenas, trabalhadores que representam a sobrevivência dentro



Petição inicial, Reclamação Trabalhista nº. 774/1966, JCJ de Nazaré da Mata, PE

desta estrutura social, marcada pela acumulação do capital, através da posse da terra, destinada à agricultura econômica. Este estudo é sobretudo sobre o trabalhador do açúcar, a partir das suas condições de vivência na zona rural, a região canavieira do Estado no que toca às suas permanências e limites impostos pela organização social, política e econômica deste país, surtindo efeitos em como se apresenta às relações de trabalho nesta sociedade. Sob essa abordagem educacional há a utilização de fontes documentais disponibilizadas pelo Laboratório de História e Memória (LAHM) localizado na Universidade. Esses documentos, são reclamações trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região, (TRT6ª). observa-se as reivindicações desses trabalhadores rurais direcionados à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Nazaré da Mata, para solucionar os conflitos e a falta de aplicabilidade das leis no ano de 1967 na Zona da Mata Norte pernambucana. Desta análise, foi construindo-se uma abordagem sobre as dinâmicas da Justiça do Trabalho neste ambiente tão problemático para o trabalhador do açúcar no século XX. A presença do Estado nas relações entre empregador e trabalhador apresentará as novas articulações desses grupos, emergidos nas forças políticas de um país representado por uma grande concentração de trabalhadores. O trabalho e suas relações representará uma perspectiva de ensino, que permeia a realidade do jovem estudante. As bases legais que sustentam as leis trabalhistas, o Direito do Trabalho e o Estatuto do Trabalhador Rural, criadas para determinar as relações de trabalho no sistema capitalista, serão reveladas a fim de perceber como essas atuam nas decisões da Justiça do Trabalho na presença dos trabalhadores rurais no ano de 1967, analisando neste período a tensão e o autoritarismo da administração política brasileira.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/59241>

Título: A condição dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais segundo os processos trabalhistas da JCJ de Escada - PE nos anos de 1974-1976: a importância do estudo da zona canavieira para a educação

Autor(a): OLIVEIRA, Olívia Maria Gomes de.

Palavras-chave: Gênero; indústria sucroalcooleira; Justiça do Trabalho; trabalhadores; zona canavieira de Pernambuco.

Data do documento: 2021

Resumo: O açúcar marcou a Zona da Mata pernambucana desde o período colonial. Nesse sentido, Escada, município pernambucano da Zona da Mata Sul, teve a cana-de-açúcar como seu setor econômico principal desde os fins do século XVI. A proximidade com o porto de Recife e as condições climáticas favoráveis fortaleceram o setor sucroalcooleiro de Escada que se tornou majoritário na região, por isso muitos trabalhadores tiveram a sua renda atrelada à sacicultura. Isso trouxe diversas implicações, principalmente para as mulheres que foram submersas em uma cultura de trabalho violenta e patriarcal, sofrendo uma dupla violência. Políticas estatais ampliaram esse fortalecimento, como o projeto Proálcool de 1975. No entanto, os benefícios desses programas estatais não contemplaram os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, que permaneceram em situações verdadeiramente precárias: os trabalhadores urbanos puderam ver alguns dos seus direitos contemplados em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), contudo, os rurais apenas tiveram seus direitos assegurados em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Nesse contexto, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Escada, localizada na Zona da Mata Sul, durante os anos de 1974 a 1976, teve em seus processos a agroindústria canavieira como principal reclamante. Assim posto, a análise dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Escada nos anos de 1974 a 1976 foi de suma importância para a compreensão dos processos estabelecidos nas relações entre o empregador e os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46736>

Título: “Somos muitos, cada vez mais sem raízes, soltos, como pó” : a saúde dos canavieiros segundo os processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1973)”

Autor(a): BEZERRA, Paula Beatryz Leal.

Palavras-chave: Zona canavieira de Pernambuco; Justiça do Trabalho; Saúde e trabalho; História de Pernambuco.

Data do documento: 2023

Resumo: A agroindústria canavieira é o principal setor econômico da Zona da Mata Sul de Pernambuco desde o final do século XVI e vem delineando suas características políticas, sociais e econômicas desde então. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender por meio da análise dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Escada do ano de 1973, como as relações e as condições de trabalho nesse setor afetavam a saúde dos canavieiros. As mudanças políticas das décadas de 1960 e 1970, em função do Golpe Militar de 1964, intensificaram o processo de exploração da força de trabalho para que fosse possível o aumento da produtividade, essa exploração teve consequências nas condições físicas e mentais do proletariado rural. Diante da repressão aos movimentos sociais, os canavieiros recorreram à Justiça do Trabalho como forma de reivindicar e garantir os seus direitos negados pelo patronato.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/64888>

Título: Protagonismo feminino nas Ligas Camponesas: análise da atuação política de Alexina Crespo nas décadas de 1950 e 1960

Autor(a): ALVES, Giovana Rodrigues

Palavras-chave: Ligas Camponesas; Crespo, Alexina; Participação feminina; Movimentos Sociais; História de Gênero.

Data do documento: 2024

Resumo: A participação política de mulheres em movimentos sociais é um tema complexo marcado por desafios decorrentes das expectativas sociais e da tradicional divisão de trabalho entre os gêneros. Nesse sentido, a participação de mulheres nas Ligas Camponesas, apesar de historicamente percebido como um movimento predominantemente masculino, teve um papel crucial, muitas vezes obscurecido por narrativas patriarcais. Figuras como Alexina Crêspo e Elizabeth Teixeira, frequentemente são negligenciadas na historiografia. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar a atuação política de Alexina Crespo nas Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil durante as décadas de 1950 e 1960. O objetivo deste trabalho é resgatar a trajetória, motivações e contribuições de Alexina Crespo para as lutas rurais. Ademais, através de pesquisa bibliográfica e documental serão destacados os impactos de sua atuação em um contexto dominado pelo patriarcado, buscando aprofundar a compreensão da participação feminina nas Ligas Camponesas, contribuindo para a construção de uma memória mais equitativa e justa.

URI <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/59393>

Título: “Qual foi o nosso trato, Lao?” : o cambão, as Ligas Camponesas e o processo de proletarização do campesinato (1940s - 1960s)

Autor(a): SILVA, Daniel do Nascimento

Palavras-chave: Cambão; Ligas Camponesas; Marxismo; Estranhamento; Proletarização.

Data do documento: 2025

Resumo: O presente escrito tem como objetivo analisar as modificações nas relações de trabalho no mundo rural entre os anos de 1940 e 1960. A partir de 1955, com a atuação das Ligas Camponesas foi pos-

Tiro de revolver no abdomen do lavrador Verificou-se a cena de sangue em Nazaré da Mata, o o criminoso, administrador do engenho "Cavalcanti", achase foragido — É grave o estado da vítima

Em condução particular, pela manhã de ontem, às 9 horas, chegou ao posto de Assistência, gravemente ferido, o agricultor de nome Sebastião Albino da Silva, maior de 15 anos de idade, domiciliado com seus pais em terras do engenho Cavalcanti, município de Nazaré da Mata.

Apresentava Sebastião Albino um ferimento penetrante no abdomen, produzido por arma de fogo (revolver), cujo projétil atingiu a região hipogástrica, verificando-se lesão de vísceras.

Na sala de intervenções do Pronto Socorro, instantes depois, era aquele lavrador submetido a uma operação, conseguindo o esturgo extrair a bala.

Ficou Sebastião Albino da Silva internado, em estado grave, naquele hospital e, à noite, quando o repórter do DIÁRIO ali esteve, conseguiu ouvi-lo a propósito da agressão de que fora vítima.

Muito cedo (eram 6 horas), o administrador da propriedade, José Correia de Andrade — confortar narrativa de Sebastião Albino — i: queriu-o, de manci

Hospitalizado os deputados

RIO, 2 (Meridional) — Encontram-se ainda hospitalizados os deputados Coelho Rodrigues e Walfredo Gurgel, vítimas de um

aspra, sobre o tempo em que seu pai pretendia dar os dias de "cambão" ao senhor do engenho. Explicou-nos o ferido que, convencionalmente, se chama "cambão" às tarefas obrigatórias do lavrador para com o dono do engenho e seu pai já era devedor daquele, de alguns dias.

Prosseguindo em sua narrativa, Sebastião alegou ter dito ao interpelante que seu pai não tinha necessidade de lesar a boa fé do sr. Otávio Guerra, proprietário do engenho.

Não gostou, porém, José Correia da resposta do rapazinha, e depois de insultá-lo, chamando-o de malcriado, etc., a alguns metros de distância de Sebastião, sacou de um revolver que levava à cinta e deu ao gatilho da arma, visando matá-lo.

O tiro foi atingir, em chelo, o baixo ventre do rapaz, que ficou prostrado ao chão, enquanto o criminoso tratava de evadir-se, afim de evitar a prisão em flagrante.

A ocorrência foi logo participada ao sr. Otávio Guerra, dono do engenho, que tomou as providências necessárias sobre o transporte do ferido para esta capital, mandando-o trazer em seu automóvel particular.

Ainda aquele senhor deu conhecimento de fato ao delegado de polícia do município, achando-se instauradas diligências a respeito da prisão do delinquente.

sível verificar uma série de denúncias relativas às explorações vivenciadas pelos camponeses. Entre as críticas, o cambão — imposto comum na época — aparecia enquanto afronta à liberdade e autonomia dos trabalhadores que viam-se obrigados a trabalhar nas terras do senhor de engenho de forma gratuita e sem remuneração. Esta pesquisa busca entender como a luta contra o cambão pode indicar o processo de proletarização do campesinato. Para este objetivo, analisaremos os jornais que mencionaram a movimentação dos camponeses contra a taxa, entre eles, o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Liga — este último está presente na Hemeroteca Luta pela Terra no Armazém da Memória — além das entrevistas encontradas nos anexos da dissertação de Reginaldo Silva. Ancorada em uma perspectiva marxista, averiguamos as aplicações do conceito de estranhamento na realidade camponesa. Após estas investigações, concluímos que o cambão pode ser, na verdade, um bode expiatório para as modificações que o capitalismo orquestra neste período e que a proletarização pode ser explicada a partir do domínio quase absoluto das usinas e a deterioração da economia de subsistência, comum aos camponeses.

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/61934>

Título: Os caminhos de uma fonte histórica : documentos da Justiça do Trabalho para o estudo das relações de trabalho na Mata Norte de Pernambuco. (Nazaré da Mata, 1967)

Autor(a): Silva, Márcia Thaís Progenia da

Palavras-chave: Fonte histórica; Trabalhadores rurais; Justiça do Trabalho; Mata Norte de Pernambuco; Ensino de história.

Data do documento: 2023

Resumo: A partir da análise histórica sobre a trajetória da produção e domesticação da cana-de-açúcar no território de Pernambuco, desde a colonização portuguesa foi possível reconhecer as primeiras re-

Recorte Jornal, Diário de Pernambuco, 1946

lações de trabalho em larga escala da localidade. A discussão entrará no universo singular do Estado. Há as grandes terras destinadas à monocultura açucareira, possuídas pelo patrão/empregador, dono dos latifúndios e da pomposa casa grande. Os escravizados africanos e indígenas, trabalhadores que representam a sobrevivência dentro desta estrutura social, marcada pela acumulação do capital, através da posse da terra, destinada à agricultura econômica. Este estudo é sobretudo sobre o trabalhador do açúcar, a partir das suas condições de vivência na zona rural, a região canavieira do Estado no que toca às suas permanências e limites impostos pela organização social, política e econômica deste país, surtindo efeitos em como se apresenta às relações de trabalho nesta sociedade. Sob essa abordagem educacional há a utilização de fontes documentais disponibilizadas pelo Laboratório de História e Memória (LAHM) localizado na Universidade. Esses documentos, são reclamações trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região, (TRT6ª). observa-se as reivindicações desses trabalhadores rurais direcionados à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Nazaré da Mata, para solucionar os conflitos e a falta de aplicabilidade das leis no ano de 1967 na Zona da Mata Norte pernambucana. Desta análise, foi construindo-se uma abordagem sobre as dinâmicas da Justiça do Trabalho neste ambiente tão problemático para o trabalhador do açúcar no século XX. A presença do Estado nas relações entre empregador e trabalhador apresentará as novas articulações desses grupos, emergidos nas forças políticas de um país representado por uma grande concentração de trabalhadores. O trabalho e suas relações representará uma perspectiva de ensino, que permeia a realidade do jovem estudante. As bases legais que sustentam as leis trabalhistas, o Direito do Trabalho e o Estatuto do Trabalhador Rural, criadas para determinar as relações de trabalho no sistema capitalista, serão reveladas a fim de perceber como essas atuam nas decisões da Justiça do Trabalho na presença dos trabalhadores rurais no ano de 1967, analisando neste período a tensão e o autoritarismo da administração política brasileira.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/59241>

Título: A doçura do açúcar e a amargura da vida : a situação dos trabalhadores sob o sistema de morada nas pequenas localidades do município de Palmares (Pernambuco, 1987)

Autor(a): ALVES, Bruno Rafael Lima Ribeiro

Palavras-chave: Zona da Mata (PE : Mesorregião); Palmares (PE);

Sistema de morada; Trabalho; Cana-de-açúcar.

Data do documento: 2023

Resumo: O açúcar desempenhou um papel significativo na formação social, econômica e política das cidades da Zona da Mata, especialmente no município de Palmares, que é o foco deste artigo. Os senhores de engenho estabeleceram um ambiente de domínio e controle sobre as vidas daqueles que estavam ligados às atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar, assim como às engrenagens que sustentavam essa prática, seja nas usinas ou nos banguês. Os trabalhadores que viviam sob o regime de morada enfrentavam um contexto caracterizado por trabalho degradante e excessivo, além da quase inexistência do mínimo básico para uma vida digna, como educação, saneamento básico, alimentação, transporte, energia, saúde e acesso a terra. O objetivo deste artigo é analisar as condições de vida e trabalho nos engenhos de Palmares, no final do século XX.

URI: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/58079>

Título: Trabalho e saúde na agroindústria sucroalcooleira: os canavieiros na Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana/ PE (1967)

Autor(a): ANDRADE, Emerson Rodrigo Barreto de

Palavras-chave: Trabalhadores canavieiros; Saúde; Agroindústria sucroalcooleira; Zona canavieira de Pernambuco; Junta de Conciliação de Julgamento.

Data do documento: 2022

Resumo: Os canavieiros do nordeste brasileiro são atores históricos marcados por uma exploração trabalhista secular dentro do sistema de plantation açucareira que atravessa a história de Pernambuco, do período colonial à República. Inseridos em um processo de trabalho organizado sob a lógica capitalista, eles foram submetidos a intenso ritmo de produção, condições laborais insalubres, remunerações insuficientes e precária alimentação. Em decorrência disso, o cotidiano dos canavieiros era permeado pela fome, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Os casos de desnutrição abundavam nessa população, situação amplamente divulgada por pesquisadores como Josué de Castro, Nelson Chaves e Malaquias Batista Filho. A categoria só conquistou direitos trabalhistas efetivos em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Este trouxe as garantias mais significativas e sistematizadas de direitos acidentários e previdenciários que os trabalhadores rurais haviam conquistado até então, embora nem todas tenham sido implementadas de imediato. Ainda, a partir de 1967, a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) realizou uma série de retrocessos na legislação sobre acidentes e doenças do trabalho. Assim, o presente trabalho teve como objetivo estudar as relações trabalhistas do setor sucroalcooleiro, a fim de entender e evidenciar como elas impactaram, no ano de 1967, a saúde dos trabalhadores canavieiros. Para isso, analisou-se, através da metodologia da História Serial, processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana/PE, à época órgão federal de primeira instância da Justiça do Trabalho. Essa documentação e as séries produzidas a partir dela foram analisadas em diálogo com a literatura médica e historiografia sobre as relações trabalhistas na zona canavieira.

URI:<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53168>

Título: Maternidade e Justiça do Trabalho: processos da Junta de Conciliação e julgamento de Paulista (1964-1965)

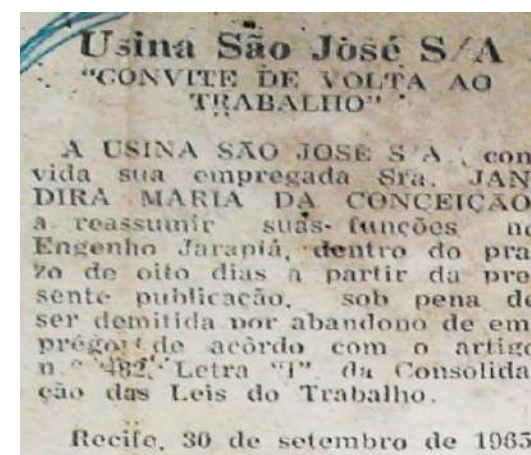
Autor(a): SILVA, Ariel Costa Guimarães da

Palavras-chave: Companhia de Tecidos Paulista; Usina São José S/A; licença maternidade.

Data do documento: 2022

Resumo: Este artigo analisa processos trabalhistas ajuizados por trabalhadoras que tem como objetivo requerer licença à maternidade na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Paulista nos anos de 1964-1965. Os processos estão arquivados no Laboratório História e Memória (LAHM) UFPE/TRT 6º Região. O trabalho também aborda como as matérias do Diário de Pernambuco falavam a respeito da maternidade e a relação das trabalhadoras com a maternidade. Por fim, analisa como os processos trabalhistas ajuizados por trabalhadoras vem sendo utilizado pelos membros do LAHM em oficinas como estratégia pedagógica para o ensino da História dos trabalhadores e trabalhadoras de Pernambuco e do Brasil.

URI:<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54537>



Recorte Diário Oficial, Reclamação Trabalhista
nº 0442/64, JCJ de Paulista, PE

DA PESQUISA À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Ricardo Rezende

O impacto acadêmico do acervo histórico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região não se restringe às teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco. Assim, as investigações realizadas a partir dos processos judiciais trabalhistas deram origem a um conjunto diversificado de produtos científicos e culturais que ampliaram significativamente a circulação do conhecimento produzido com base nessa documentação.

Os estudos desenvolvidos no Laboratório de História e Memória TRT6/UFPE foram desdobrados em livros, capítulos de livros, artigos publicados em periódicos científicos, trabalhos apresentados em congressos, simpósios, seminários e encontros acadêmicos, alcançando públicos que extrapolam os limites da pós-graduação. Essas publicações contribuíram para difundir pesquisas sobre trabalhadores rurais e urbanos, relações de trabalho, sindicalismo, repressão política, gênero, memória, patrimônio documental e atuação da Justiça do Trabalho, consolidando os processos trabalhistas como fontes reconhecidas pela comunidade científica.

A diversidade temática e a pluralidade de formatos evidenciam a riqueza informacional do acervo e sua capacidade de sustentar investigações em diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, demonstram que a preservação dos documentos judiciais produz resultados que ultrapassam a esfera arquivística, gerando novas interpretações sobre a história social do trabalho e ampliando o acesso da sociedade ao conhecimento produzido a partir de seus próprios registros históricos.

As produções reunidas neste capítulo estão organizadas de forma cronológica, permitindo ao leitor acompanhar a expansão e a diversificação das pesquisas desenvolvidas a partir do acervo histórico do TRT6. Para cada registro, são apresentados o(s) autor(es), o título da obra, o ano de publicação e o tipo de produção. Essa sistematização busca evidenciar não apenas a quantidade de trabalhos produzidos, mas também a amplitude temática e os diferentes espaços de circulação do conhecimento gerado a partir dos processos judiciais trabalhistas.

2008

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica*, v. 26, n. 2, p. 291-320, 2008. p. 292. Artigo

2011

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 22, p. 228-249, 2011. Artigo.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade. Editora Universitária UFPE, 2011. Livro.

SILVA, Marcília Gama da. Cultura e memória – História e Trabalho – Gestão documental no TRT-6: um apelo à História e à memória. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade. Editora Universitária UFPE, 2011.

2012

SILVA, Valéria José. O Arquivo do Projeto Memória e História TRT6ª REGIÃO/UFPE: informação, preservação e acesso. Memória do trabalhador de Pernambuco de 1940 a 1985. In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB. 2013. p. 2290-2305.

2014

MONTENEGRO, Antonio Torres. Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972 - 1973): o indiciamento dos irmãos Barreto. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 06, p. 91-106, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O Trabalhador Rural nas Barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). *Territórios e Fronteiras* (Online), v. vol.7, p. 128-146, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SIQUEIRA, A. J. José Soares Filho: testemunho de um juiz do trabalho. *História Oral*, v. v. 19, p. 163-185, 2016.

SILVA, Ana Karolina Pinto. Possibilidades de atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais na Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata: entre o conflito e a defesa da paz no campo em 1964. *Revista do Departamento de História da UFPE*, v.10, n.10. 2014.

2015

BEZERRA, Marcela Heráclito. Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: Tiago Bernardon de Oliveira. (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. 1ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2015, v. 1, p. 329-358.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, TB. org. *Trabalho e Trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 359. Artigo.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política. 2015. Editora UFPE. Livro.

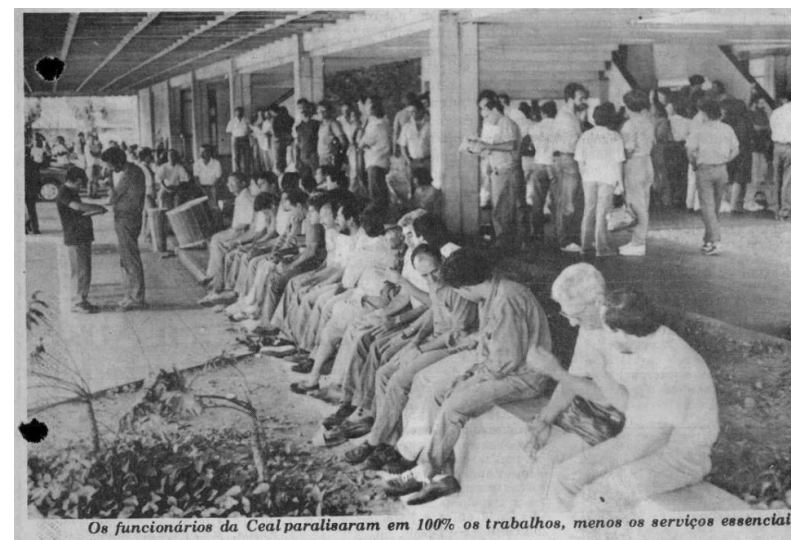
VILELA, Márcio Ananias Ferreira. As relações de trabalho na Igreja Presbiteriana do Brasil: João Dias de Araújo, o judiciário e as leis eclesásticas. XXVIII Simpósio ANPUH. 2015.

2016

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. Os trabalhadores da fábrica



Mobilização operária, recorte jornal. Dissídio Coletivo nº. 37/1987, PE



Paralisação de trabalhadores, recorte jornal. Dissídio Coletivo nº. 79/1991, AL

WILLYS-FORD de Pernambuco: memórias e processos trabalhistas. In: Encontro Democracia e Diversidade: produção e socialização do conhecimento histórico: XI Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco, 2016, Recife. Anais do Encontro Democracia e Diversidade: produção e socialização do conhecimento histórico: XI Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016. p. 1-2705.

BEZERRA, Marcela Heráclito. Uma, cem mil: Cotidiano das cortadoras de cana do município do Cabo de Santo Agostinho nos anos 1980. Cadernos de História da UFPE, v. 11, p. 61-81, 2016.

CARVALHO, José Filipe Teixeira. Memórias do sofrimento: narrativas de canavieiros que vivenciaram situações do trabalho escravo contemporâneo na mata sul de Pernambuco. In: V Seminário Internacional História e Historiografia. A história na encruzilhada dos tempos: caderno de resumos. Recife: Editora UFPE, 2016.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Seria o sítio uma forma de luta pela reforma agrária? A Lei do Sítio nos processos do TRT de Pernambuco (1980-1985). Revista Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 7, n. 13, p. 36-53, 2016.

SIQUEIRA, Renata Borba Cahú. A demissão das canavieiras da Usina Catende S/A (1973). Revista do Departamento de História da UFPE, v.11, n.11. 2016.

2017

ROGERS, Thomas D. As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira; TAVARES, Marcelo Góes. A PELEJA DE JOÃO AMARO: um trabalhador rural na luta por direitos (Pernambuco, anos 1960).

2018

TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (org). História de trabalhadores e da Justiça do Trabalho. Arapiraca: eduneal, 2018. Livro.

DOS SANTOS PEREIRA, Clarisse. A SÚMULA 57 E AS CATEGORIAS DE TRABALHO NO CAMPO: OS TRABALHADORES RURAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (1979-1980). Tempos Históricos, v. 22, n. 2, 2018.

2019

ARAÚJO, Joana Maria Lucena. Trabalhadores rurais e a Justiça do trabalho: relações de poder na zona da mata de Pernambuco. 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil.. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil. v. 1.

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. O novo Nordeste e o novo trabalhador: A fábrica Willys Overland em Pernambuco. In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil.. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil. v. 1. p. 1-12.

CARVALHO, José Filipe Teixeira. Ditos de sofrimento: os canavieiros e o trabalho escravo contemporâneo na mata sul de Pernambuco. In: 30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil., 2019. MORAES, Patrícia Camila Souza de; PASCOAL, A. J. M.; MARQUES, M. S. O ensino de História e os documentos da Justiça do Trabalho: Reflexões e possibilidades In: VI Congresso Nacional de Educação, 2019, Fortaleza. Anais CONEDU. Campina Grande: Editora Realize, 2019. V. 1.

2020

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. A fábrica-mãe: cotidiano fabril e a construção da memória dos operários da Willys Overland de Jaboatão. Revista Associação Brasileira de História Oral. v. 23 n. 2 (2020): História Oral, trabalho, trabalhadoras(es).

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. A saga dos pitangueiros em terras da Companhia: retalhos e fragmentos da memória (Pernambuco, 1986). Revista Associação Brasileira de História Oral. v. 23 n. 2

(2020): História Oral, trabalho, trabalhadoras(es).

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Histórias, fotografias e trabalhadores no Brasil. In Tempos de crise: ensaios de história política. Rodrigo Perez Oliveira; Daniel Pinha Silva (org) – Rio de Janeiro, RJ: autografia, 2020.

2021

BARROS, Arthur Victor; VILELA, Márcio Ananias Ferreira; NUNES, Fernanda Silva. Marmelada de tomate: as relações de trabalho a partir do “sistema de parceria” na Fábrica Peixe (Pesqueira/Pe). Revista Cantareira, n. 34, 2021

BEZERRA, M. H. . Os documentos dos tribunais de trabalho como fontes para a História das Mulheres: as queixas trabalhistas das trabalhadoras da cana-de-açúcar no ano de 1980 no contexto de retomada dos movimentos de luta social no campo, em Pernambuco, Brasil. In: Cristina Moscatel; Joana M. Couto; Sônia Souza Freitas. (Org.). O feminino nos arquivos: abordagens e problematizações. 1ed. Ponta Delgada - Açores (PT): Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2021, v. 1

SILVA, Marcília Gama da. O cruzamento de fontes da Justiça do Trabalho e do DOPS-PE: a pesquisa em diferentes artefatos históricos e a representação da luta da classe trabalhadora. In SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.) Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores [recurso eletrônico] -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SOARES, Lara m. h. Artimanhas contra os trabalhadores em tempos autoritários: demissão disfarçada e violência verbal no Processo nº 585.65 da JCJ Goiana/PE. in PRIORI, Angelo; BATISTA, Eliana Evangelista; BOMBA, Guilherme Alves (orgs). Política, Violência e Autoritarismo no Brasil. maringá, edições diálogos, 2021.

2022

ins, j. m. g. O operariado têxtil do Paulista na justiça do trabalho em 1965: os conflitos e a busca por direitos. In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE 'HISTÓRIA: FOME, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA', 2022, Recife. Anais Eletrônicos

JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento do Paulista - Pe.

Proc. J. C. J. N. - 650/65

ASSUNTO:	DISTRIBUIÇÃO
RECLAMAÇÃO	20-9-65 -14,30 h
RECLAMANTE: MARIA EDUARDO DA SILVA	26/10 12.45 8/11 15.00 17/12 12.30 12/12 13.30
RECLAMADA: CIA DE TECIDOS PAULISTA	10/11 14.15 18/01 15.15 2/12 15.15
OBJETO: Reintegração com salários vencidos e vencendos e juros de mora.	

AUTUAÇÃO

Autuei, nesta data, a reclamação e documento que adiante se vê m.

Para constar, lavrei este termo que dato e assino.

Paulista, 23 de agosto de 1965

Paulo Maurício de A. Costa
Chefe de Secretaria

Capa do Reclamação Trabalhista nº. 650/1965, JCJ Paulista, PE

do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE:. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2022.

MORAES, Patrícia C. S. PROCESSOS TRABALHISTAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA: preservação e utilização de documentos da Justiça do Trabalho no ensino de História. Revista Espacialidades, Rio Grande do Norte, p. 244 - 266, 18 abr.

LUCENA, P. A Formação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife e a Justiça Do Trabalho Entre As Décadas De 1970 E 1980. Repositório De Anais Da Anpuh-Go. 2022.

2023

MONTENEGRO, A. T; ARAÚJO, K. S. (ORG.) HISTORIOGRAFIA RASTROS E VESTÍGIOS documentais de trabalhadoras e Trabalhadores.. 01. ed. Recife: Editora UFPE, 2023.

2024

MORAES, Patrícia C. S. Trabalhadores(as) na Justiça: A luta por direitos trabalhistas na Companhia de Tecidos Paulista (1943-1945). In: XV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE, 2024, Garanhuns. Anais Eletrônicos do XV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: “Excluídos na História: ensino, pesquisa e cidadania”. São Paulo: CBL - Câmara Brasileira do Livro, 2024.

NEVES, a. m. l.; VALE, E. C. . De ações cíveis à justiça do trabalho: experiências de luta dos trabalhadores e trabalhadoras das cidades-fábricas de Paulista (PE) e Rio Tinto (PB) (1930-1950).. In: Felipe Augusto Dos Santos Ribeiro, Juçara da Silva Barbosa de Mello, Lucas Porto Marchesini Torres. (Org.). Tem pano para manga: histórias do trabalho têxtil no Brasil. 1ed.: , 2024.

SILVA, Marcília Gama da. À sombra da caserna: flagrantes de abusos à classe trabalhadora nos acervos do Dops-PE e da Justiça do Trabalho em Pernambuco (1935-1985). in LEITE LOPES, José Sérgio et al. Memória, movimentos sociais e direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2024.

- 6 -

PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS

Ricardo Rezende

Os processos judiciais trabalhistas preservados pelo Laboratório de História e Memória TRT-6/UFPE não têm contribuído apenas para a produção acadêmica, mas também para ações de ensino e educação patrimonial. Essa dimensão ganhou destaque com o projeto “Processos de Trabalhadores(as) Rurais nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Zona da Mata de Pernambuco (1960-1974) e Oficinas de História”, coordenado pelo professor Antonio Torres Montenegro e financiado pelo CNPq.

Entre 2022 e 2025, foram realizadas 56 oficinas de História, envolvendo aproximadamente 1.354 participantes, entre estudantes da educação básica, graduandos, professores e pesquisadores. Desenvolvidas em escolas, universidades, centros de formação e eventos acadêmicos, as atividades utilizaram processos trabalhistas como fontes históricas para discutir temas como trabalho, direitos sociais, cidadania, memória e democracia.

Ao aproximar diferentes públicos de documentos produzidos pela Justiça do Trabalho, as oficinas demonstraram o potencial educativo dos arquivos judiciais, ampliando o uso social do patrimônio arquivístico do TRT6 e fortalecendo a comunicação com universidade, escola e sociedade. A relação das atividades realizadas no âmbito do projeto é apresentada a seguir.

Nº	DATA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PÚBLICO-ALVO	FORMATO DA OFICINA	QUANT. PÚBLICO
1	17/03/2022	EREM Silva Jardim	estudantes do ensino médio	Presencial na escola	20
2	19/04/2022	CECINE-UFPE	Estudantes de escolas públicas (turma 1)	Presencial na Cecine	30
3	19/04/2022	CECINE-UFPE	Estudantes de escolas públicas (turma 2)	Presencial na Cecine	30
4	08/09/2022	Colégio Mazzarello	1 ano do ensino médio	Presencial na escola	40
5	08/09/2022	Colégio Mazzarello	2 ano A do ensino médio	Presencial na escola	30
6	08/09/2022	Colégio Mazzarello	2 ano B do ensino médio	Presencial na escola	21
7	08/09/2022	Colégio Mazzarello	3 ano do ensino médio	Presencial na escola	22
8	13/09/2022	Faculdade Santa Helena	Curso de direito	Presencial-LAHM	19
9	15/09/2022	Faculdade Santa Helena	Curso de direito	Presencial-LAHM	10
10	23/09/2022	Colégio de Aplicação-UFPE	9 Ano A	Presencial-LAHM	35



Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE

11	29/09/2022	Colégio de Aplicação-UFPE	9 Ano B	Presencial-LAHM	30
12	30/09/2022	UFPE	Turma do 5 período da graduação em História	Presencial-LAHM	30
13	19/10/2022	Colégio de Aplicação-UFPE	3 Ano A	Presencial-LAHM	25
14	19/10/2022	Colégio de Aplicação-UFPE	3 Ano B	Presencial-LAHM	30
15	10/11/2022	UNICAP	XVI Colóquio de História - Estudantes de graduação em história da UNICAP	Presencial na UNICAP	12
16	11/11/2022	UNICAP	XVI Colóquio de História - Estudantes de graduação em história da UNICAP	Presencial na UNICAP	10
17	29/11/2022	LAHM-UFPE	Estudantes inscritos no XI Seminário do LAHM	Presencial-LAHM	8
18	13/04/2023	Centro Educacional ETHOS (Vitória de Santo Antão)	3 ano do ensino médio	Presencial-LAHM	18
19	19/04/2023	Colégio de Aplicação-UFPE	3 Ano A	Presencial-LAHM	35
20	20/04/2023	Colégio de Aplicação-UFPE	3 Ano B	Presencial-LAHM	25
21	02/05/2023	UNIBRA	5 período da graduação em História	Presencial-LAHM	17
22	18/05/2023	ESO - Escola Silva Oliveira	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola (Morro da Conceição)	29

23	30/05/2023	Graduação Hist. UFPE	Estudantes do primeiro período do curso de História	Presencial no LAHM	40
24	29/06/2023	Colégio de Aplicação-UFPE	2º ano "A" e "B" do ensino médio	Presencial no LAHM	30
25	19/08/2023	Colégio Cognição (Cabo de St. Agostinho)	3º ano do ensino médio	Presencial no LAHM	15
26	04/09/2023	UNIBRA	Estudantes do 6º período da graduação em História	Presencial no LAHM	10
27	27/11/2023	Colégio Piedade	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola	30
28	27/11/2023	Colégio Piedade	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola	25
29	31/01/2024	Turma de Historiografia (UFPE)	Estudantes do curso de História (2º período)	Presencial no LAHM	40
30	31/01/2024	Graduação Hist. UFPE	Quinto período do curso de História	Presencial no LAHM	25

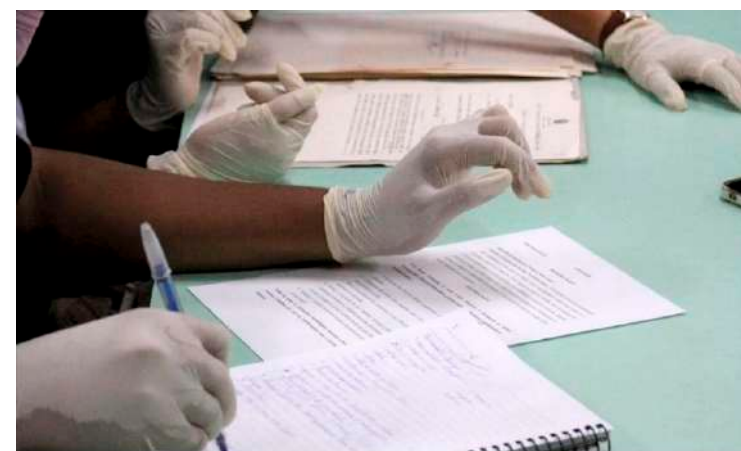


Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE

31	26/02/2024	Verão com Ciência na Cetine	Estudantes/professores de História	Presencial na CECINE	8
32	17/04/2024	Graduação Hist. UFPE	Estudantes do primeiro período	Presencial no LAHM	40
33	10/06/2024	FASUP	Estudantes de direito	Presencial no LAHM	15
34	30 e 31/07/2024	UPE-Garanhuns	Minicurso Anpuh "Justiça do Trabalho e história dos trabalhadores e trabalhadoras", baseado nas oficinas do LAHM	-	8
35	19/08/2024	ESO - Escola Silva Oliveira	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola (Morro da Conceição)	30
36	21/08/2024	Turma de Historiografia (UFPE)	Estudantes do curso de História (2º período)	Presencial no LAHM	35
37	10/09/2024	Aba Maple Bear	Estudantes do 9º ano do ensino fundamental	Presencial na escola	10
38	16/10/2024	CECINE- SNCT	Oficina "Ensino de História e fontes documentais"	CECINE	10
39	21/10/2024	CAP-UFPE	Estudantes do 9º ano A	presencial no LAHM	22
40	21/10/2024	CAP-UFPE	Estudantes do 9º ano B	presencial no LAHM	23
41	30/10/2024	CECINE	Professores(as) de História	CECINE	5
42	27/11/2024	Turma de Historiografia (UFPE)	Estudantes do curso de História (2º período)	presencial no LAHM	45
43	28/11/2024	CAP-UFPE	Estudantes do terceiro ano	presencial no LAHM	22

44	11/12/2024	Geografia regional (UFPE) - tarde	Estudantes do curso de geografia da UFPE	presencial no LAHM	30
45	11/12/2024	Geografia regional (UFPE) - noite	Estudantes do curso de geografia da UFPE	presencial no LAHM	30
46	28/01/2025	Turma de História Contemporânea (UFPE)	Estudantes do curso de História (5 período)	presencial no LAHM	15
47	26/05/2025	Grad. História e Pedagogia	Estudantes de graduação da UNIBRA	Presencial no auditório do 3 andar (CFCH-UFPE)	20
48	18/08/2025	ESO - Escola Silva Oliveira	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola (Morro da Conceição)	30
49	04/09/2025	Colégio Pontual	Estudantes do Ensino Médio	Presencial na escola (Jaboatão dos Guarapes)	35
50	10/09/2025	Turma de Historiografia (UFPE)	Estudantes do curso de História (2 período)	presencial no auditório do 10 andar - CFCH	45
51	23/09/2025	EREM Amaury de Medeiros	Estudantes do terceiro ano	Presencial na escola	25
52	21/10/2025	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (EVENTO) CECINE	Estudantes de graduação e professores inscritos no evento	Presencial na CECINE-UFPE	15

53	22/10/2025	Escola Particular Nossa Senhora da Conceição	9º ano do Ensino Fundamental	Presencial na escola (Córrego do Jenipapo)	25
54	23/10/2025	Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde	Estudantes do curso de Licenciatura em História	presencial no LAHM	30
55	28/10/2025	EREM Ginásio Pernambucano	Estudantes do terceiro ano	Presencial na escola	30
56	12/11/2025	XIV SEMINÁRIO DO LAHM	Estudantes de graduação e professores inscritos no evento	presencial no auditório do 10 andar - CFCH	10
				TOTAL DE PÚBLICO ESTIMADO	1.354



Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ricardo Rezende

O percurso apresentado nesta publicação demonstra que os processos judiciais trabalhistas preservados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região transcendem sua função original de registro da atividade jurisdicional. Ao longo das últimas décadas, esses documentos têm sustentado pesquisas acadêmicas, publicações científicas, ações educativas e iniciativas de difusão cultural, ampliando as possibilidades de compreensão da história do trabalho e das experiências de trabalhadores e trabalhadoras em Pernambuco.

A parceria entre o TRT6 e a Universidade Federal de Pernambuco revelou o potencial desses conjuntos documentais como fontes para a produção do conhecimento e contribuiu para consolidar um ambiente permanente de diálogo entre arquivo, universidade e sociedade. Os resultados desse esforço coletivo podem ser observados na diversidade de teses, dissertações, livros, artigos, eventos e atividades pedagógicas desenvolvidas a partir do acervo.

Mais do que preservar documentos, trata-se de garantir que eles permaneçam acessíveis, interpretados e socialmente relevantes. Cada pesquisa realizada, cada publicação produzida e cada oficina desenvolvida reafirmam que os arquivos judiciais constituem espaços privilegiados de memória, cidadania e reflexão crítica sobre o passado.

Ao reunir essas experiências, este catálogo destaca a importância do patrimônio arquivístico do TRT6 para a construção do conhecimento histórico e para a valorização da memória social do trabalho.

POSFÁCIO UMA AVENTURA HISTÓRICA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DE UM TRIBUNAL

Des. Fábio Farias

Chega às mãos dos leitores este catálogo com o qual a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região pretende dar uma visão geral da produção intelectual realizada a partir dos documentos constantes dos processos judiciais trabalhistas. São trabalhos acadêmicos produzidos nos três graus formais do conhecimento universitário: os de conclusão de curso da graduação, as dissertações necessárias à aquisição do grau de mestre e as teses inescapáveis ao título de doutor. Nossos estudiosos se espalharam no imenso espaço geográfico que abarca Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Falta alguém nos brindar com algo específico do Rio Grande do Norte para abrangermos toda a antiga Sexta Região Jurisdicional Trabalhista. O tempo mais distante é o do nascimento da Justiça do Trabalho em Pernambuco, 1941, e o mais recente o Sec. XXI. Os temas, o trabalho, o trabalhador e suas vicissitudes.

Para nós que fazemos este pequeno espaço de um Tribunal, é uma satisfação ver pilhas de papel organizadas com o objetivo de estabelecer a interpretação estatal do direito ganhar nova vida e uma vida nova. Não uma vida qualquer, mas reconstrução de um tempo que pode parecer que se foi, mas que a realidade insiste em demonstrar que está bem aqui. Um passeio nesta publicação e iremos encontrar trabalhadores da cana, da indústria da tecelagem, de automóveis, a redução à condição análoga à de escravo, os acidentes de trabalho, os sindicalistas, etc. Tudo está presente na nossa sociedade. Em alguns aspectos, a situação piorou pela quantidade de trabalhadores envolvidos nos processos produtivos ou se tornou mais visível pela maior capilaridade da Justiça do Trabalho e pela presença mais dinâmica e menos vinculada

ao poder de instituições como a Advocacia, o Ministério Público do Trabalho e a Auditoria do Ministério do Trabalho. Temos, quem sabe, mais acidentes e, talvez, menos movimento sindical radicalizado. A escravidão contemporânea persiste no campo, mas também está presente nas cidades e até no espaço doméstico. Os estudos aqui catalogados nos ensinam a pensar que muita coisa se alterou, mas apenas de forma qualitativa ou quantitativa porque no essencial está tudo aí “como dantes no castelo de Abrantes”.

Qual a alegria de ofertar esta publicação? Em primeiro lugar, a mais óbvia, reconhecer o valioso esforço de nossos estudiosos, homens e mulheres, jovens e adultos, pesquisadores iniciantes e outros mais experimentados, no entanto, todos eles e sem exceção contribuintes de um contar e fazer a História do nosso povo e com ele.

O segundo, aqui vai um depoimento pessoal e que imprudentemente farei em primeira pessoa. Num tempo que não consigo precisar, resolvi ler trabalhos acadêmicos sobre a história dos trabalhadores brasileiros. Queria conhecer um pouco do trabalhador livre e como havia sido a transição do período anterior, da escravidão, para este. Qual a minha surpresa ao descobrir que os documentos jurídicos, aqueles com os quais venho me envolvendo há dezenas de anos, poderiam se constituir em fonte privilegiada a esta reconstituição.

A partir das leituras de algumas poucas obras, percebi que as leis, obviamente, regulavam e proibiam comportamentos que hoje nos parecem lúdicos ou culturais. Mas por que o faziam? As análises dos historiadores nos mostraram o potencial socialmente explosivo da vagabundagem, da capoeira, os terreiros e tantas outras atividades do nosso povo. Identifiquei que o Estado fala..., e como fala alto, por meio das leis. Diz quem pode e quem não pode, por exemplo, estudar e quando o faz tem o explícito objetivo de segmentar a população e

com isso manter muitos na subalternidade. A lei estabelece os meios de recrutamento da burocracia estatal e analisando-a podemos identificar momentos mais ou menos democráticos no nosso país.

Vi também que o Estado fala por intermédio dos processos judiciais. Apenas em 2023, o país descobriu que é inconstitucional o argumento da legítima defesa da honra como meio de justificar o assassinato de mulheres. Foram-se quase 150 anos de República para que se descobrisse que as mulheres podem determinar os destinos de seus próprios sentimentos. Mas, para além dessa descoberta, fiz uma maior: vi que os trabalhadores falavam por intermédio dos processos judiciais. Algo em torno de 30% de nosso povo é considerado analfabeto funcional. É incapaz de compreender, interpretar e utilizar a leitura, escrita e cálculos matemáticos em situações do cotidiano, ainda que reconheçam letras e números. Ou seja, tem dificuldade de simbolizar por meio da escrita. Contando as suas histórias a Advogados, Juízes e Servidores da Justiça do Trabalho, essas pessoas conseguiram deixar suas marcas na história. Tornaram-se produtores de seus próprios discursos e não simples objeto da história dos vencedores.

Aqui encerramos este breve escrito esperando que todos os leitores aprendam, deliciem-se, encantem-se e, principalmente, tornem-se curiosos e busquem os textos na íntegra. Se os documentos necessitam de pessoas que os organizem, os livros precisam imperiosamente de leitores.

ICONOGRAFIA

Página	Descrição da imagem e fonte consultada
4	Ata da 1ª Sessão do Conselho Regional do Trabalho da 6ª Região em 1941. Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
9	Pesquisador consultando processo histórico Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
12	Oficina de Conservação Preventiva de Documentos, Memorial do TRT6 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
16	Sala de Audiência, Antiga 1ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
20	Oficina de Conservação Preventiva de Documentos, Memorial do TRT6 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
21	Oficina de História com processos históricos, Memorial do TRT6 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
27	Recorte jornal, Diário de Pernambuco, Edição nº. 247 Fonte: https://memoria.bn.gov.br/
27	Mobilização Trabalhadores Rurais, PE Fonte: https://memorialdademocracia.com.br/
30	Fábrica Fernão Velho, 1920, AL Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342
30	Fábrica Fernão Velho, 1920, AL Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342
34	Linha de produção da Willys Overland de Jaboatão, 1966, PE Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38845
40	Trabalhador rural e filhos, Reclamação Trabalhista nº.28/1978, JCJ Nazaré da Mata Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
40	Trabalhador rural e filhos, Reclamação Trabalhista nº.28/1978, JCJ Nazaré da Mata Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
43	Informativo Extraordinário dos Urbanitários de Pernambuco/ CHESF em 27 de maio de 1991 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
45	Operárias da Fábrica Fernão Velho, 1920, AL. Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342

50	Funcionários trabalhando sem equipamento de proteção, Dissídio Coletivo No. 55/1991 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
50	Funcionários trabalhando sem equipamento de proteção, Dissídio Coletivo No. 55/1991 Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
56	Greve dos Canaveiros, 1989, PE Fonte: https://memorialdademocracia.com.br/
56	Greve dos Canaveiros, 1989, PE Fonte: https://memorialdademocracia.com.br/
63	Trabalhador rural e seus filhos, Reclamação Trabalhista nº. 1203/1986, JCJ Nazaré da Mata, PE. Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
67	Capa da Reclamação Trabalhista Nº. 33/1950, JCJ de Nazaré da Mata, PE Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
73	Recorte Jornal, Diário de Pernambuco, 1964 Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41540
73	Recorte Jornal Diário da Noite, 1963, Processo Trabalhista nº. 923/1964, JCJ Jaboatão, PE. Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41540
79	Legenda: Trabalho infantil no corte da cana-de-açúcar, 1993, AL Fonte: Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP)
80	Legenda: Ligas Camponesas, Engenho Galileia, 1963, PE Fonte: https://memorialdademocracia.com.br/

81	Petição inicial, Reclamação Trabalhista nº. 774/1966, JCJ de Nazaré da Mata, PE. Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
86	Recorte Jornal, Diário de Pernambuco, 1946 Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/61934
91	Recorte Diário Oficial, Reclamação Trabalhista nº 0442/64, JCJ de Paulista, PE Fonte: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54537
95	Mobilização operária, recorte jornal. Dissídio Coletivo nº. 37/1987, PE Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
95	Paralisação de trabalhadores, recorte jornal. Dissídio Coletivo nº. 79/1991, AL Fonte: Acervo Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco
99	Capa da Reclamação Trabalhista nº. 650/1965, JCJ Paulista, PE Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
102	Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
104	Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE Fonte: Acervo Laboratório História e Memória
107	Oficina de História, Laboratório História e Memória TRT-6/UFPE Fonte: Acervo Laboratório História e Memória

o gabinete do Exmo. Sr. Dr. Joaquim Ignacio de
Amazonas Filho, Presidente do Conselho Regional,
além deste o sr. dr. Jarbas Peixoto, Procurador
da Justiça do Trabalho, ora em exercício nesta
Fernando Rodolpho Paashaus, Secretário do Conselho
compuseram os srs. dr. João Leiria Berges, Presidente
do Sindicato dos Construtores do Recife e Wenceslau Ten
dentado do Sindicato dos Operários em Construção
e os Senhores do Recife, solicitantes que eram da
que lhes foi concedida e expuseram ao sr. Pres
motivos que objetivaram a referida audiência
foram em resumo os seguintes: - 1º) - em 27 de
de 1938, foi pelos dois sindicatos aqui mencionados
uma convenção coletiva de trabalho, sal
rios etc; - 2º) - homologada pelo Sr. Ministro do
a dita convenção tornou-se obrigatória para t
empregadores e municípios
Obriga, nos termos do art. 11 do Decreto 21.
de agosto de 1932, sendo publicado o despacho
no Diário Oficial de 18 do mesmo mês
3º) - estabelecia o art. 28 da mesma conven
os construtores ficam obrigados a, sem
mensalmente, recolher à Caixa de Férias
correspondente a 5% do valor da
passaporto, para custeio da concessão
dos dias 4º) - as férias



85 anos de compromisso com a justiça social